



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – DRI

Uma discussão teórica sobre Desenvolvimento, Desenvolvimentismo, Perspectivas Críticas e Alternativas Sistêmicas

Evenne Caroline Pereira Ramos

201600049654

Projeto de Pesquisa apresentado na Universidade Federal de Sergipe como requisito para o Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), de Relações Internacionais sob orientação do professor Thiago Fernandes Franco

Aracaju e São Cristóvão, 2021

“Desde meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento”

“Para trilhar um caminho diferente, é preciso superar o objetivo básico e os motores do modelo ocidental de desenvolvimento. Deve-se propiciar uma transformação radical das concepções e linguagens convencionais do desenvolvimento e, sobretudo, do progresso, que nos foram impostas a mais de quinhentos anos. Também é preciso identificar o que é realmente importante e necessário, tendo à mão o mapa com as trilhas que não nos convêm percorrer: ‘Aprender o caminho do inferno para dele se afastar’, como recomendava Nicolau Maquiavel há cinco séculos.”

(Alberto Acosta, 2016)

Resumo

Este plano de trabalho, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, teve por objetivos, i) apresentar um exame conceitual sobre o Desenvolvimento e Desenvolvimentismo com o intuito de mapear a ideologia do desenvolvimento para além do desenvolvimentismo em sentido restrito; ii) examinar algumas perspectivas críticas e alternativas sistêmicas que se pretendem críticas radicais ao modelo de sociedade capitalista. Tomamos por objeto o conceito de Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimentismo e seis “alternativas sistêmicas” que se opõem ao mesmo, quais sejam: i) Direitos da Mãe Terra; ii) Bem Viver; iii) Decrescimento; iv) Pós-extrativismo, v) Comuns e vi) Ecofeminismo. Constatamos que i) A ideologia do desenvolvimento se mostra mais ampla em comparação ao que comumente compreendemos como Desenvolvimentismo; ii) o Desenvolvimento Econômico atua enquanto um imperativo global imposto a partir das grandes potências sobre a periferia; iii) o Desenvolvimento Econômico não deveria ser considerado uma via de superação do “subdesenvolvimento” tampouco do Imperialismo, uma vez que reflete a expansão do modo de produção, distribuição e consumo capitalista e aprofunda as condições de dependência, pobreza e miséria; iv) as políticas desenvolvimentistas implementadas até aqui conduziram à crise sistêmica e ao colapso que vivemos; v) para superar essa situação é necessária a descolonização do imaginário e o reconhecimento e a recuperação de saberes ancestrais e suas respectivas cosmovisões; vi) as alternativas sistêmicas devem ser tomadas em sua multiplicidade e complementaridade de modo a possibilitar a superação da crise e do desenvolvimento econômico, facetas da mesma moeda: a acumulação do capital. Os estudos em torno do Desenvolvimento Econômico, desenvolvimentismo e alternativas sistêmicas se mostram cada vez mais relevantes, haja vista a centralidades das pautas acerca do Desenvolvimento Econômico nas articulações de modelos políticos dos Estados tanto em âmbito internacional como nacional. Para além disso, é evidente, considerando as circunstâncias do atual cenário de crise do capitalismo e colapso mundial, o estudo de formas de vida fora da estrutura capitalista.

Palavras-chave: América Latina; Economia Brasileira; Teoria Econômica; Marxismo; Epistemologia

Abstract

This work paper, through a systematic bibliographic review, aimed to: i) review the conceptual examination on Development and Developmentalism for the purpose of mapping the ideology of development beyond developmentalism *stricto sensu*; ii) examine some critical perspectives and systemic alternatives that are intended to be radical criticisms to the capitalist society model. We take as object of analysis the concept of economic development, developmentalism and six “systemic alternatives” that oppose the others, namely: i) Rights of Mother Earth; ii) *Buen Vivir*; iii) Growth; iv) Post-Extractivism; v) Commons; and vi) Eco feminism. We found that i) The ideology of development is broader in comparison to what we commonly understand as Developmentalism; ii) Economic Development acts as a global imperative imposed by the great powers on the periphery countries; iii) Economic Development should not be considered a way of overcoming “underdevelopment” neither imperialism, since it reflects the expansion of capitalist production, distribution and consumption model and deepens conditions of dependency, poverty and misery; iv) the developmental policies implemented so far have led to the systemic crisis and collapse that we are experiencing; v) to overcome this situation, it is necessary to decolonize the imaginary and the recognition and recovery of ancestral knowledge and their respective worldviews; vi) systemic alternatives must be taken in their multiplicity and as complementary factors in order to make it possible to overcome the crisis and economic development, facets of the same cause: the accumulation of capital. Relevance of studies on Economic Development, developmentalism and systemic alternatives are increasingly, given the centrality of the guidelines on Economic Development in the articulations of political models of States both at the international and national levels. Furthermore, it is evident, considering the circumstances of the current scenario of the crisis of capitalism and world collapse, a greater analysis of forms of life outside the capitalist structure.

Keywords: Latin America; Brazilian economy; Economic Theory; Marxism; Epistemology

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo I – Sobre o Desenvolvimento e o Desenvolvimentismo.....	13
Capítulo II – Sobre perspectivas críticas e alternativas sistêmicas.....	27
Considerações finais.....	45
Sobre esta monografia e as perspectivas de futuras pesquisas.....	47
Referências.....	49

Introdução

Mascarada através de novas roupagens, a temática do desenvolvimento se restabelece continuamente, conforme argumenta a historiadora e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Virgínia Fontes:

Na primeira vez como tragédia, na segunda vez como farsa... O tema do desenvolvimento é sempre ressuscitado e a cada vez vestido com nova fantasia – ora de direita, ora de esquerda, ora disfarçando-se da neutralidade das vestais – para se ajustar a tempos diversos. Quantas farsas já sustentou e quantas tragédias sociais ainda nos prepara? A suposição aistórica de que desenvolvimento só pode ser o desdobramento em mais facetas do capitalismo é a verdadeira tragédia que precisamos enfrentar. (Virgínia Fontes em PRADO, 2020, p. 9)

Além de servir às fantasias das mais variadas orientações políticas que sustentam e preparam tragédias sociais, em suas mais diversas facetas capitalistas, o que podemos, afinal, entender por “desenvolvimento”? Seria o caso de procurarmos versões menos trágicas e/ou não capitalistas de “desenvolvimento”?

Immanuel Wallerstein, ao refletir sobre essa problemática, em 1988, ressalta que

o desenvolvimento econômico constitui talvez o único objetivo social capaz de encontrar hoje uma aceitação quase unânime. Duvido que tenha havido um único governo do mundo nos últimos 30 anos que não tenha afirmado buscar esse objetivo, ao menos para seu próprio país. Em todos os recantos do mundo contemporâneo, o que separa a esquerda da direita, como quer que estas sejam definidas, não é desenvolver ou não desenvolver, mas que políticas se presume oferecer mais esperanças de alcançar essa meta. Dizem-nos que o socialismo é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que o *laissez-faire* é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que uma ruptura com a tradição é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que a tradição revitalizada é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que a industrialização é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que o aumento da produtividade agrícola é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que a desconexão [*delinking*] é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos que uma crescente abertura ao mercado mundial (o crescimento orientado para exportações) é o caminho para o desenvolvimento. Dizem-nos, sobretudo que o desenvolvimento é possível, desde que façamos a coisa certa.” (WALLERSTEIN em WALLERSTEIN, 2006, p. 123).

Se concordarmos com este autor, temos que, ao longo do século XX, estabeleceu-se uma espécie de consenso implícito sobre a necessidade do desenvolvimento e, mais que isso, se abriu questão sobre a formulação de “agendas” – por vezes chamadas de “cartilhas” – sobre *como* alcançá-lo. Pensando a partir do caso do Brasil, ou de qualquer outro país considerado não-desenvolvido, a questão aparece usualmente como “quais seriam os obstáculos que deveriam ser

ultrapassados, considerando o contexto político vigente, para a melhor inserção internacional do país”? Ou ainda como “qual o modelo de desenvolvimento mais oportuno a ser seguido neste momento?”

A princípio, sobretudo quanto à formulação de estratégias e políticas públicas, essas questões são fundamentais para que possamos compreender aspectos concretos da realidade brasileira, fragmento do sistema interestatal capitalista. No entanto, de acordo com Fernando Correa Prado, as análises sob o recorte do desenvolvimento

são intrinsecamente limitadas como explicação desta mesma realidade e acabam cumprindo uma função de **ideologia**, na medida em tendem a desistoricizar o “desenvolvimento” – por mais “histórico-estruturais” que sejam muitas análises – e, com isso, naturalizam as relações de dominação e exploração vigentes mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais. Aqueles tipos de questões informam, pois, a **ideologia do desenvolvimento**, cujos traços específicos fundamentais são: i) a presença do desenvolvimento com horizonte utópico; e ii) o enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de “como desenvolver o país?” (PRADO, mesma obra, p. 31, 32, grifos nossos).

Portanto, ainda segundo Fernando Correa Prado, na história brasileira se reafirma uma percepção conveniente à ideologia do desenvolvimento, posto que quase todos os projetos políticos que constituem a história brasileira depois da segunda metade do século XX – ainda que distintos – preservam o desenvolvimento enquanto perspectiva utópica. Noutros termos, para adiantar a discussão do segundo capítulo desta monografia: o desenvolvimento enquanto ideologia coloniza o imaginário político de tal modo que qualquer pessoa ou grupo político que ouse lutar pela crítica radical ao desenvolvimento passa por ingênua, louca, reacionária, utópica etc.

Depois de aparentemente ter saído de moda na última década do século XX, ofuscada pela ideologia da globalização comumente considerada oposta a ela, a ideologia do desenvolvimento reaparece, no começo do século XXI, com o processo político da assim chamada “maré rosa” (ou “onda rosa”) na América Latina. Independente de questões nacionais, o objetivo central de todos os principais agentes das políticas estatais dos países em questão era alcançar o “desenvolvimento econômico”. Foi nesse momento que ganhou força o que se costuma chamar de “neodesenvolvimento” ou “novo desenvolvimentismo”. Entre 1999 e 2008, Venezuela, Brasil, Argentina, Equador, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Chile, Nicarágua e El Salvador vivenciaram um ciclo de lideranças progressistas que se comprometeram em efetivar alguma democratização no seio de suas sociedades (conservadoras, desiguais e autoritárias) a partir de ações sociais de

redistribuição de renda, efetivação de direitos e confronto a variadas formas de violência. De maneira geral, os governos “progressistas” latino-americanos esforçaram-se no combate às políticas de ajuste, privatizações, abertura econômica e austeridade fiscal. Em contrapartida, concentraram-se em perseguir altas taxas de crescimento por meio da intensa integração à divisão internacional do trabalho. Enquanto provedores de matérias-primas para a expansão industrial chinesa – durante o que se convencionou chamar de “*boom das commodities*” – de certa forma conseguiram algum êxito na obtenção de recursos externos, que foram direcionados para iniciativas redistributivas e processos de acesso ao mercado de bens de consumo por parcelas da sociedade outrora miseráveis. Com isso em mente, seguindo Leite e Uemura (2018), podemos entender esse período como os “anos dourados” da globalização neoliberal (em uma formulação, em nosso entender consistente, que não opõe a ideologia do desenvolvimento à ideologia neoliberal da globalização).

No contexto brasileiro, que nos interessa mais de modo mais imediato, “os anos dourados” da globalização neoliberal foram encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que se dedicou a um projeto de conciliação de classes, visando benefícios tanto para os marginalizados como para a classe empresarial (em especial banqueiros e outros grandes capitalistas). Visto retrospectivamente, acompanhando Plínio de Arruda Sampaio Júnior (em texto originalmente publicado em 2012), este projeto político nos revela que a problemática do (neo)desenvolvimentismo dos governos petistas residiu na tentativa de conciliação dos pontos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, demanda por competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional – com os pontos “positivos” do antigo desenvolvimentismo – compromisso com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JÚNIOR, em LUBLINER; ESPÓSITO e PEREIRA (orgs.), 2019, p.101). Por conseguinte, conforme afirma o autor,

a impossibilidade do chamado neodesenvolvimentismo de tratar a problemática do desenvolvimento é, portanto, epistemológico. Ao ignorar as contradições estruturais que regem o movimento da economia brasileira, o neodesenvolvimentismo incorre num vulgar reducionismo economicista e simplesmente renuncia à problemática do desenvolvimento. Na nova perspectiva, portanto, o desenvolvimento é apenas um simulacro – crescimento e modernização são alçados à condição de desenvolvimento. A aparência crítica é apenas um disfarce para a apologia do status quo. (SAMPAIO JÚNIOR, mesma obra, p 101, 102)

Talvez fosse o caso, portanto, de indagarmos se o “velho desenvolvimentismo” não incorreria, ele mesmo, no “reducionismo economicista” – que, antes de uma ideologia que ignora

completamente “variáveis” “não econômicas” deve ser entendido como a forma como a relação entre a Economia e as demais questões da vida se relacionam: em geral, o economicismo se caracteriza por subordinar todas as demais esferas da existência à lógica econômica. E evidentemente também seria o caso de perguntarmos, para além do “reducionismo economicista”, o que sobriaria da “problemática do desenvolvimento”.

Pensando no “velho desenvolvimentismo”, o economista Ricardo Bielschowsky, especialista no tema, afirma que o “desenvolvimentismo” está associado a um projeto de superação do subdesenvolvimento por intermédio da industrialização integral, através do planejamento e apoio estatal (BIELSCHOWSKY, 2000), enquanto Paulo Sandroni, também economista, também especialista na área, ressalta que o desenvolvimento está relacionado à percepção do crescimento econômico vinculado à melhoria do padrão de vida da população e modificações basilares na estrutura econômica e social (SANDRONI, 2008). Seguindo esses autores podemos concluir que o que se entende por desenvolvimentismo seria caracterizado por ações estatais **conscientes e manifestas de promoção** do “desenvolvimento econômico” ou, nos termos mais correntes, planejamento estatal industrializante que supostamente melhoraria o padrão de vida da população como um todo. E em geral, essa caracterização costuma – por seus defensores – ser contraposta, conforme variações ao longo do tempo, a “entreguismos” e toda sorte de “(neo)liberalismos”. Seria oportuno frisar que, levando em consideração as duas definições acima (de Bielschowsky e Sandroni), o “velho desenvolvimentismo” não nos parece destoar tanto assim do “neodesenvolvimentismo” descrito por Sampaio Júnior, todos os dois economicistas, todos os dois subordinando “melhorias do padrão de vida da população” ao crescimento econômico capitaneado pela indústria.

Uma das questões que pretendemos demonstrar ao longo dessa monografia é que a **ideologia do desenvolvimento** é mais ampla que o que se costuma chamar de **Desenvolvimentismo**, em sentido restrito.

Em primeiro lugar porque, conforme discutiremos no primeiro capítulo, além dos desenvolvimentistas, grande parte das demais correntes teóricas econômicas também argumentam, aos seus moldes, em favor do “desenvolvimento econômico”. Sob o ponto de vista que pretendemos defender, o caráter ideológico do desenvolvimento e o seu poder enquanto ideologia podem ser observados pelo fato de que praticamente ninguém é contrário a ele. E a própria articulação de um discurso contrário ao crescimento econômico – tido universalmente como condição necessária

[quando não suficiente] para o desenvolvimento – é vista como absurda e utópica – ponto ao qual voltaremos no capítulo segundo.

Além disso, outro fato que também indica que a ideologia do desenvolvimento não pode ser reduzida ao Desenvolvimentismo é que a ideologia do desenvolvimento não se limita à Ciência Econômica. Por exemplo, a ideologia do desenvolvimento aparece em diversas disciplinas das assim chamadas Ciências Humanas (cf: AKE em LAUER e ANYIDOHO (orgs.), 2016 (vol. I) e COOPER e PACKARD em LAUER e ANYIDOHO (orgs.), 2016 (vol. II)). Na Antropologia e na Sociologia, durante muito tempo verifica-se a centralidade das assim chamadas “teorias da modernização” (cf: DURAND e MACHADO, 1975; COOPER em LAUER e ANYIDOHO (orgs.), 2016 (vol. II) e FERGUSON, em LAUER e ANYIDOHO (orgs.), 2016 (vol. II)) e mais recentemente observa-se a renovação dessas problemáticas por meio das concepções de “desenvolvimento como liberdade” (SEN, 2000), da expansão das “capacidades humanas” e da autonomia (LOPES e THEISOHN, 2006), dentre muitas outras. Na Geografia, a questão do desenvolvimento se faz presente em abordagens acerca de espaço, planejamento regional e desenvolvimento local (SPOSITO, 2017). E estes exemplos são apenas uma lista muito preliminar. O que queremos sublinhar é que, cada um a seu modo, esses debates também são transpassados pela ideologia do desenvolvimento, demonstrando que esta é muito maior do que o que se costuma entender por desenvolvimentismo, em sentido estrito.

Além disso, um ponto crucial que não podemos deixar de mencionar é a centralidade da ideologia do desenvolvimento nas articulações de política nacional e nas agendas de política externa dos Estados, particularmente dos Estados Unidos desde meados do século XX. Sobre a atuação dos Estados Unidos na promoção internacional do “desenvolvimento econômico” é fundamental dizermos que a ideologia do desenvolvimento ganhou muito impulso, sobretudo com a transformação das idéias de Rostow em política de Estado e de organismos internacionais sob influência dos Estados Unidos (ROSTOW, 1965; MCNAMARA, 1968; COELHO, 2012; ANDERSON, 2015), frequentemente assumida como questão de “Segurança” nacional e internacional (BUZAN e HANSEN, 2012). Outrossim, a partir da segunda metade do século XX, com a retomada da industrialização européia por meio das políticas do pós-Guerra e a expansão das empresas transnacionais para a periferia (América Latina e Ásia, principalmente) (BELLUZZO, 2009; GONÇALVES, 2016, p. 126-132), a ideologia do desenvolvimento passou a ser entendida como a nova feição do processo de modernização, muitas vezes tomada como sinônimo de progresso, entendimento fortemente influenciado por propagandas estatais e paraestatais

estadunidenses, como no caso da “Aliança para o Progresso”¹. Nessa perspectiva, o desenvolvimento muitas vezes passou a ser considerado um “estágio” social essencial e universal, dentro de uma escala evolutiva que toda a humanidade deveria perseguir e atingir como sinônimo de plena realização.

É interessante notarmos que a ideologia do desenvolvimento tornou-se, inclusive, com os processos de descolonização, parte importante das ideologias estatais, *mesmo em países sob inspiração socialista*, muitas vezes identificados com ideários de autonomia e soberania nacionais, em geral, associados a discursos anti-imperialistas. Por um lado, isso foi favorecido por interpretações soviéticas sobre o marxismo, segundo as quais a tarefa revolucionária mais importante seria fazer avançar as “forças produtivas”, em um grande esforço industrializante, urbanizante, “modernizador” – *em seus traços mais gerais*, bastante semelhante ao cenário do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, a construção desse “desenvolvimentismo socialista” também favorecia o próprio discurso nacionalista, em que a “modernização” aparece também como dominação de alguns grupos “internos” sobre outros grupos “internos”, na própria constituição do Estado nacional – genocida e etnocida por definição (cf: CLASTRES, 2014). Mas a identificação do desenvolvimento econômico com a luta anti-imperialista também decorre do esvaziamento do próprio entendimento do que é o imperialismo. Se tomarmos o imperialismo exclusiva e mecanicamente como a ação das grandes potências (império) sobre as periferias (colônias) se torna tentador argumentar que a luta nacionalista é anti-imperialista. Mas se tomarmos o imperialismo como a expansão do capital (sobretudo na forma de capital financeiro) sobre as periferias que destrói modos de vida diversos para submetê-los à lógica capitalista (conforme descrito por Rosa Luxemburgo, Hilferding, Lênin, enfim, pela teoria marxista sobre o imperialismo), se torna impossível associar o crescimento econômico, a industrialização, a modernização e a urbanização (todas expressões do capitalismo) à luta anti-imperialista. Nesta conceitualização – conforme vimos elaborando em nosso Grupo de Estudos sobre o Imperialismo – **Desenvolvimento Econômico é uma forma do Imperialismo.**

Nesta monografia, temos dois objetivos muito mais modestos, que se expressam nos dois capítulos que a estruturam. No primeiro, fazemos um exame conceitual sobre Desenvolvimento e

1 “ALIANÇA PARA O PROGRESSO. Programa de cooperação multilateral criando em agosto de 1961 pelos signatários da Carta de Punta del Este, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico-social da América Latina. [...] os participantes proclamavam sua decisão de ‘associar-se num esforço comum para alcançar o progresso econômico mais acelerado e a justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade pública’. Abrangendo um período inicial de dez anos (1961-1971), o programa visava concretamente à redistribuição de renda, à eliminação do analfabetismo, à reforma agrária, à industrialização, ao desenvolvimento de projetos de habitação popular e à integração das economias latino-americanas por um mercado comum.” (SANDRONI, obra citada, p. 31)

Desenvolvimentismo com o objetivo de mapear a ideologia do desenvolvimento para além do desenvolvimentismo em sentido estrito, apontando seus limites e preparando o terreno para uma abordagem crítica. O que queremos demonstrar é que o desenvolvimentismo é parte fundamental da ideologia do desenvolvimento, que entretanto, não se esgota nele. No segundo capítulo, seguindo nosso projeto de Iniciação Científica, examinamos algumas perspectivas críticas e alternativas sistêmicas que se pretendem críticas radicais a esse modelo de sociedade, com o objetivo de defender a ideia de que, independente das dificuldades e lacunas dessa tarefa, é fundamental que nos dediquemos à crítica radical do capitalismo e à construção de alternativas a essa forma de vida.

Se for correta a nossa premissa de que a ideologia do desenvolvimento estrutura projetos políticos das mais variadas orientações políticas, um exame teórico dessa natureza pode contribuir para a compreensão da situação em que nos encontramos e apontar alguns caminhos (teóricos e políticos) que devemos perseguir e outros dos quais devemos nos afastar.

Sendo que a própria constituição desse trabalho se deu de modo coletivo ao longo dos anos de pesquisa junto ao Grupo de Estudos sobre o Imperialismo, foi nossa intenção apontar o mais detidamente que conseguimos as conexões dessa monografia com as pesquisas desenvolvidas pelo grupo. Deste modo, procuramos também deixar indicada ao longo do texto indicações de referências que estão sendo trabalhadas por colegas ou que estão no horizonte da pesquisa a ser desenvolvida nos próximos anos. E desta forma, essa monografia também se coloca como um mapa para o próprio grupo, na esperança de que também possa apontar alguns caminhos (teóricos e políticos) que devemos perseguir e outros dos quais devemos nos afastar.

Capítulo I – Sobre o Desenvolvimento e o Desenvolvimentismo

O professor Theo Lubliner, explica que

a palavra ‘desenvolvimento’ está inegavelmente ligada a uma ideia de progresso e melhoramento. Isto é, significa algo que está em constante mudança em um sentido positivo. A sua variação, o ‘desenvolvimento econômico’, foi, por muito tempo, tratada como sinônimo de ‘desenvolvimento’ por conta das grandes esperanças depositadas pelos teóricos modernos sobre os efeitos da industrialização. Isso porque, mesmo com toda a barbárie característica do período de industrialização na Europa, os efeitos sobre a vida material eram assombrosos, causando no imaginário coletivo, ainda que por caminhos diferentes – tanto entre os pensadores liberais como entre comunistas – que o desenvolvimento das forças produtivas levaria a humanidade à libertação do trabalho e ao reino da liberdade. No entanto, a história nos mostra que, até o presente, o capitalismo tem significado concentração de renda, globalização da miséria, mais trabalho e problemas ambientais inequívocos. Por isso, o termo ‘desenvolvimento econômico’ foi fragmentado, surgindo variantes como desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento nacional, entre outros (LUBLINER, 2020, p. 219-220)

Em linguagem poética e com referência óbvia a Marx e Engels, o equatoriano Alberto Acosta, em sua obra *Bem Viver*, postula que "desde meados do século 20, um fantasma ronda o mundo. Esse fantasma é o desenvolvimento" (ACOSTA, 2016, p. 43). Parte importante de sua argumentação consiste em situar historicamente a importância progressiva que a ideia de “desenvolvimento” assumiu nas retóricas políticas latino-americanas. Em seu capítulo terceiro, o autor dedica-se em demonstrar a articulação do desenvolvimento enquanto um imperativo global, concebendo e alicerçando a perversa estrutura de dominação entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, “civilizados” e “selvagens”, “centro e periferia”. Para embasar o argumento, reproduz trechos do discurso no Congresso do então presidente estadunidense, Harry Truman (1949) acerca da necessidade de um esforço global em favor do desenvolvimento. Nas palavras de Truman,

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos **avanços científicos** e nosso **progresso industrial** para a melhoria e o **crescimento das regiões subdesenvolvidas**. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. **Sua vida econômica é primitiva e estancada**. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas. [...] Nosso propósito teria de ser o de ajudar os povos livres do mundo para que, através de seu próprio esforço, produzam mais alimentos, mais vestimentas, mais materiais para suas casas e mais potência mecânica para aliviar suas cargas. (...) Tem de ser um **esforço global para obter paz, plenitude e liberdade**. Com a cooperação das

empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este **programa pode aumentar a atividade industrial** em outras nações e **melhorar substancialmente seus padrões de vida**. (...) O velho imperialismo – exploração para benefício estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que vislumbramos é um **programa de desenvolvimento** baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática.” (TRUMAN, citado por ACOSTA, 2016, p. 44. Grifos nossos)

O discurso em questão nos possibilita empreender que, para Harry Truman, o crescimento econômico e o alto nível de consumo são sinônimos de bem-estar e realização, estando subentendido que as nações industrializadas atingiram o auge da escala social evolutiva e portanto, vivenciam da plena realização social, econômica e política. Ademais, as afirmações do presidente também pressupõem que todas as nações deveriam trilhar o mesmo caminho das sociedades industrializadas, almejando apenas o “desenvolvimento”. Nesse sentido, por intermédio dessa compreensão (etapista e colonizadora), o desenvolvimento implica no reforço ideológico que baseou na exportação (por vezes consentida, por vezes através de intervenções) do modelo de sociedade norte-americano e europeia na periferia do sistema internacional capitalista.

Nesse contexto, surgiram e continuam surgindo planos, programas, projetos, teorias, métodos, manuais, cartilhas, instituições e muitos outros produtos cujo propósito é promover o “desenvolvimento”. Financiar, capacitar, formar e auxiliar o desenvolvimento tornou-se e permanece sendo o objetivo retórico de grande parte das nações. E nessa busca compulsória, os países centrais ou “desenvolvidos” intervêm nos assuntos internos dos países periféricos ou “subdesenvolvidos” em nome do “desenvolvimento”. Desta maneira,

os países considerados atrasados aceitaram aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para sair do “atraso” e chegar ao desejado “desenvolvimento”. Ao longo das últimas décadas, quase todos os países considerados não desenvolvidos têm tentado seguir esse caminho. Quantos conseguiram? Muitos poucos, e isso se aceitarmos que o que conseguiram é realmente “desenvolvimento”. (ACOSTA, 2016, p. 48)

Na bibliografia sobre o tema do desenvolvimento, não parece haver dúvidas de que em meados do século XX (portanto, na esteira do discurso de Truman), a ideologia do desenvolvimento passa por um momento de grande inflexão no que toca seu alcance. Segundo Leandro Bruno Santos e Cássio Antunes de Oliveira, apesar de abordagens sobre o desenvolvimento comparecerem durante toda a história do pensamento econômico, é somente a partir da década de 1950 que ele se torna um tema fundamental, tanto na Ciência Econômica, como nas políticas públicas internacionais e nacionais (SANTOS e OLIVEIRA em SPOSITO, 2017, p. 119). Dessa forma, a partir de então, o

termo desenvolvimento transformou-se em um lema praticamente universal apresentando-se como *ideologia* e também como *objeto* de políticas governamentais.

Segundo Immanuel Wallerstein, até 1945, era predominante a ideia de que haveria “diferenças radicais entre ‘o Ocidente e o resto’” (WALLERSTEIN em VIEIRA, VIEIRA e FILOMENO (orgs.), 2012, p. 18) e é curioso anotar que, ainda segundo o mesmo autor, “a primeira e possivelmente a mais importante tentativa” de adaptar aquela ideia às novas realidades globais que se impunham no pós-guerra foi a assim chamada “teoria da modernização”, que “em lugar de separar o estudo do mundo ‘civilizado’ do estudo do resto do mundo como se fossem lugares epistemológicos distintos, [...] tentou historicizar as diferenças entre os dois espaços” (mesmo autor, mesma obra, página 19). Assim, para a “teoria da modernização”, “o mundo ‘desenvolvido’ não era ontologicamente diferente do mundo ‘subdesenvolvido’, mas apenas estava à frente dele no tempo” e, desta forma, “os países subdesenvolvidos poderiam alcançar os países desenvolvidos aprendendo com os modelos dos países mais avançados e fazendo certas mudanças essenciais nas suas práticas sócio-culturais” (mesmo autor, mesma obra, mesma página).

Dessa forma, substituindo o racismo descarado (inclusive científico) que caracteriza a ação das grandes potências capitalistas até metade do século XX, a partir de meados do século XX, “modernização”, “progresso” e “desenvolvimento” – que ao longo do tempo foram frequentemente tratados como se fossem tudo mais ou menos a mesma coisa² – passaram a ser associadas a um conjunto de práticas que tiveram por objetivo produzir transformações sociais na periferia.

Em termos da produção do conhecimento, se formou uma “agenda” multidisciplinar na qual a Ciência Econômica assumiu um papel fundamental e isso obviamente estava conectado com as estratégias políticas que sustentavam tais práticas. Inicialmente, o enfoque das políticas de desenvolvimento eram transferências de recursos e a atuação em variáveis macroeconômicas, como emprego e renda, mas ao longo do tempo foram acrescidas variáveis como escolaridade, saúde e

2 Sobre a forma como a ideologia do “desenvolvimento” se mistura a ideologia do “progresso”, ainda não encontramos um trabalho que faça esse trabalho com profundidade. Mas Gilberto Dupas, por exemplo, estudando a ideologia do “progresso”, oferece, ao longo de sua obra, diversas pistas relevantes. Segundo este autor, “da segunda metade do século XVIII ao final do século XIX, a *ideia de progresso* foi dominante no Ocidente”. A partir desse momento, “os pensadores deixavam de lado a influência de Deus e abriam espaço para que o progresso se realizasse por meio da ação humana [...]. A partir daí, os termos evolução, desenvolvimento e progresso passaram a ter o mesmo sentido, sempre muito associado à evolução tecnológica” (DUPAS, 2012, p. 46).

participação política, dentre muitas outras. Com a percepção da permanência e do aprofundamento das desigualdades inter-regionais, surgem nas propostas de desenvolvimento preocupações com as assimetrias entre as regiões (tanto em termos locais quanto em termos internacionais, no que participam a Geografia e a Política Internacional, por exemplo). Nessa perspectiva, as desigualdades existentes entre uma região e outra foram consideradas resultado de “barreiras ao crescimento”, uma vez que o crescimento industrial e a expansão do consumo eram vistos como fundamentais na passagem de uma “sociedade tradicional” para uma “sociedade moderna” – a famigerada “etapa da decolagem” nas palavras do Rostow (1978). Deste modo, a partir dessa linha de raciocínio, os países “desenvolvidos” foram incumbidos de levar a “civilização” para os países “subdesenvolvidos” por meio da elaboração e implementação de projetos associados à indústria e à tecnologia visando alcançar o crescimento econômico e, em consequência, o desenvolvimento. E da mesma forma, foram desenhadas políticas de educação e saúde, reformas políticas e institucionais, enfim, um amplo espectro de ações cujo objetivo último era transformar o modo de vida “tradicional” em um modo de vida “desenvolvido” – ou seja: capitalista. O pressuposto, como já adiantamos, é que todas as nações deveriam percorrer a mesma trajetória (por etapas) de transformações históricas, uma vez que a condição de subdesenvolvimento seria explicada mediante as circunstâncias de algumas regiões não terem percorrido as etapas e não terem crescido economicamente.

Gostaríamos de registrar, porque faz parte do assunto do segundo capítulo, que essa forma de elaborar o problema do desenvolvimento reforça o “sentido da colonização” (PRADO JÚNIOR, 2011), potencializado pelo mandato ideológico que os países “desenvolvidos” exercem e/ou procuram exercer sobre os países “não-desenvolvidos”, aprofundando a questão que aparece na historiografia latino-americana como “Dependência”. Sob outra perspectiva, é válido pontuar que essa concepção linear de superação de estágios negligencia as particularidades naturais e humanas, concomitantemente despreza o fato de que é inconcebível, em termos de sobrevivência do planeta e dos seres humanos, que as nações “subdesenvolvidas” alcancem os estágios de crescimento econômico e consumo dos países “desenvolvidos”. E isso, é fundamental que se diga, não porque o planeta não ofereça recursos suficientes para satisfazer as carências básicas da população.

Segundo o historiador Luiz Marques, em *Capitalismo e Colapso Ambiental*, o problema não é simplesmente uma questão demográfica, em sentido tradicional, mas de estrutura econômica. Isso porque, “satisfazer as carências básicas de[...] 91,6% da humanidade adulta aumentaria de modo irrelevante o impacto humano sobre os ecossistemas ou mesmo o diminuiria”. Já

para satisfazer a afeição de 393 milhões de indivíduos – os 8,4% da população mundial adulta detentora de 83,3% da riqueza mundial –, move-se a economia do planeta, máquina produtora de crises ambientais, a começar pelas mudanças climáticas: ‘os 500 milhões de pessoas mais ricas do mundo produzem metade das emissões de CO₂, enquanto os 3 bilhões mais pobres emitem apenas 7%. (MARQUES, 2016, p. 25-26).

E o autor prossegue afirmando que

Essa estrutura da riqueza e da renda e essa tendência à concentração de ambas confirmam um mecanismo ínsito no coração do sistema econômico, que impulsiona uma parcela diminuta da humanidade a acumular de modo irracional, isto é, como um fim em si mesmo. Tal mecanismo, que não é senão o da acumulação do capital, é autorreprodutivo inclusive ideologicamente. A crença de que de sua manutenção dependem a segurança e a prosperidade das sociedades constitui [...] o grande obstáculo cognitivo a impedir a percepção de que esse mecanismo acumulativo está, ao contrário, nos impelindo em direção a um colapso ambiental. (mesmo autor, mesma obra, página 26)

Esses “obstáculos cognitivos”, que mais pra frente (p. 29) o autor também vai chamar de “bloqueio mental” derivam, em nosso juízo, da forma como se faz presente a ideologia do desenvolvimento, e para superá-los se faz necessária justamente a “descolonização do imaginário”, que trataremos no capítulo segundo dessa monografia.

Talvez um dos casos mais emblemáticos de como o economicismo desenvolvimentista atua noutras esferas da vida seja a ideia de “desenvolvimento sustentável”, quando a lógica econômica coloniza a Natureza e o “meio ambiente”, transformados em “recursos”, gerando problemas enormes no presente e um cenário desastroso para as gerações futuras. Luiz Marques demonstra com muito empenho as diversas razões pelas quais esse tal “desenvolvimento sustentável” é, para ele, a mais importantes das ilusões que causam o já referido “bloqueio mental” que conforma a ideologia do desenvolvimento. Em seus termos: “a ilusão de que o capitalismo pode se tornar ambientalmente ‘sustentável’ é a mais extraviadora do pensamento político, social e econômico contemporâneos” (mesma obra, p. 529) e “que o capitalismo não se mostre capaz de reverter a

tendência a um colapso ambiental global [...], eis algo que não deveria ser considerado uma tese, mas um dado elementar de realidade, tal sua evidência” (mesma obra, mesma página), posto que “a faculdade de subordinar as metas econômicas ao imperativo ambiental não pertence [...] às coordenadas mentais do capitalismo” (mesma obra, p. 537). E acrescenta:

Nada há aqui de um juízo moral. O capitalismo é insustentável, não porque os controladores das corporações sejam inescrupulosos. Seria absurdo supor que os proprietários, acionistas e diretores executivos das corporações sejam pessoas desprovidas de senso moral. Nada permite afirmar que se encontrem nos círculos empresariais menos senso moral que em qualquer outro meio da sociedade civil, por exemplo, o sindical, o universitário, o religioso, o artístico ou o esportivo. O problema é que, por mais que desejem aprimorar a conduta ética de suas corporações, seus dirigentes *não podem* se permitir subordinar suas metas empresariais ao imperativo ambiental. Para demonstrar essa impossibilidade, há que se partir de uma trivialidade: o dinheiro perde poder aquisitivo por causa da inflação e tem taxas variáveis de poder de compra ou de rentabilidade por causa das oportunidades desiguais oferecidas pelo mercado. Para evitar sua depreciação ou seu emprego em condições desvantajosas, todo detentor de certa soma de dinheiro deve escolher no mercado, a cada momento, as melhores opções de troca. [...] Em face dessa elementar realidade do mercado, as corporações devem apresentar vantagens comparativas a seus investidores e acionistas atuais ou futuros em relação a outras oportunidades de investimento. Se a British Petroleum, por exemplo, renunciar a um investimento potencialmente lucrativo por causa de seu impacto ambiental, os investidores terão duas alternativas: substituirão o responsável por essa decisão ‘verde’, se tiverem poder para tanto; ou, se não tiverem, reorientarão seus investimentos para outras corporações ou mesmo outros setores da economia que apresentem melhores possibilidades de remuneração de seu dinheiro. Tanto os que ofertam quanto os que captam recursos financeiros subordinam-se a essa implacável racionalidade. (mesma obra, mesma página).

Voltaremos à questão ambiental, que constitui uma de formas mais radicais do nosso problema, no segundo capítulo. Por enquanto, precisamos nos ater um pouco mais na questão da ideologia do desenvolvimento. Conforme vimos sugerindo, ela ultrapassa em muito qualquer barreira disciplinar. Contudo, é provável que os “obstáculos cognitivos” da ideologia do desenvolvimento se mostrem mais intensos nas concepções estritamente desenvolvimentistas. Portanto, vamos atentar para algumas particularidades do Desenvolvimentismo.

Como já afirmamos, seguindo a bibliografia especializada, compreendemos desenvolvimentismo enquanto uma proposta de superação do subdesenvolvimento por intermédio

do processo industrial baseado no incentivo e planejamento estatal. Conforme afirma Bielschowsky (2000), podemos compreender Desenvolvimentismo como:

a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes fundamentos: i) industrialização integral como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; ii) é primordial que o Estado planeje o processo de industrialização, considerando que não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; iii) o projeto de industrialização deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e iv) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 7)

Com base nesta concepção, podemos, ainda seguindo Bielschowsky elencar cinco vertentes de pensamento econômico que enquadram a maior parte dos economistas e intelectuais que contribuíram para construção dos grandes debates econômicos do Brasil.

A perspectiva neoliberal do desenvolvimento abarca o conjunto de economistas que argumentam em favor da livre movimentação das forças do mercado enquanto mecanismo de alcance da eficiência econômica. Essa corrente possui como marca registrada a oposição **retórica** a propostas desenvolvimentistas. No entanto, apesar dessa objeção, mesmo quando defende a especialização produtiva em moldes ricardianos, a corrente neoliberal não se mostra contrária à diversificação industrial nem, tampouco, nega a industrialização. O viés neoliberal do desenvolvimento está fundamentalmente associado ao projeto de equilíbrio monetário e financeiro, considerando o argumento em torno da indispensabilidade da maximização eficiente do mercado. Em vista disso, reconhece a atuação estatal apenas como mediadora de desajustes, Mas, afora a questão *específica* da atuação de empresas estatais, que é um forma *específica* de atuação desenvolvimentista, a perspectiva neoliberal não é contrária ao crescimento econômico, nem à industrialização nem a qualquer outra viável que expressa economicamente o “desenvolvimento econômico”. As discordâncias, como já anunciamos mais acima, são sobre *como* promover o desenvolvimento.

Em relação às correntes desenvolvimentistas propriamente ditas, podemos, seguindo Bielschowsky subdividi-las em três categorias. A primeira categoria aborda o setor privado

composto de economistas que defendem um posicionamento antiliberal e desenvolvimentista. Nessa vertente, o apoio estatal é favorecido em relação à acumulação privada. Ademais, é importante ressaltar que não havia uma uniformidade na literatura desse campo quanto ao grau de participação estatal no processo. Identicamente ao que ocorria quanto ao grau de atuação do capital estrangeiro, posto que não englobava uma posição homogênea. A segunda categoria, no setor público, compreende os “não nacionalistas”, que eram adeptos da participação do Estado no processo de industrialização, todavia, reforçavam a preferência por resoluções privadas nos casos das disputas governamentais. Semelhante aos neoliberais, os adeptos da corrente “não nacionalista” possuem a tendência por políticas de estabilização monetária. Assim, reforçam a cautela quanto aos investimentos estruturais e sua relação com as políticas monetárias e fiscais. A terceira vertente, também no setor público, abarca um conjunto de desenvolvimentistas “nacionalistas”. Para essa perspectiva, as intervenções estatais teriam um papel fundamental no processo de crescimento industrial atuando em setores estratégicos, tais como, indústrias básicas, mineração, energia, transporte. No que se refere às políticas de estabilização, os desenvolvimentistas nacionalistas, na maior parte dos casos, se mostravam contrários.

Já a concepção socialista do desenvolvimento versa em torno do vínculo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). De certa forma, os socialistas também eram considerados “desenvolvimentistas”, uma vez que argumentavam em favor da industrialização mediante atuação estatal. Para essa vertente, a industrialização condiz com o desenvolvimento das forças produtivas fundamentais na marcha de transição para o socialismo. Nesse sentido, o projeto da corrente socialista visa não somente a industrialização, mas sim a trajetória para o socialismo. A corrente em questão estabeleceu-se em conformidade com o projeto de consolidação socialista a partir das estratégias de lutas “antifeudal” e “antiimperialista”, priorizadas e encabeçadas pelo PCB. O pensamento econômico da corrente socialista estava atrelado a essa perspectiva socialista do desenvolvimento e esse ponto resalta e evidencia as dissimilaridades em referência aos desenvolvimentistas nacionalistas.

No que concerne às distinções, podemos depreender que os economistas desenvolvimentistas que atuavam no setor privado buscavam defender os interesses empresariais de

maneira oposta ao que ocorreria aos economistas que se ocupavam do setor público, considerando suas atividades e a racionalidade em torno do que seria benéfico para cada um deles.

No que se refere ao setor público, observamos duas categorias desenvolvimentistas básicas acerca das interferências governamentais. Os “não nacionalistas”, privilegiavam ações privadas para os projetos industriais e de infraestrutura, reconhecendo o apoio estatal somente em últimas instâncias. Em contrapartida, os “nacionalistas” sustentavam uma posição em favor da indústria de base e de setores estratégicos. Em relação aos desenvolvimentistas do setor privado, podemos perceber que não existe um posicionamento homogêneo, ora encontrando-se economistas mais próximos da corrente “não nacionalistas” e ora economistas mais suscetíveis a concepção nacionalista.

Também devemos destacar que as três correntes desenvolvimentistas possuíam concepções diferentes acerca da problemática do controle inflacionário. A corrente “não nacionalista” abarcava projetos de estabilização da inflação, em oposição as outras duas correntes. No âmbito privado, os economistas estavam preocupados em escapar da retração do crédito, deixando de lado a compreensão estruturalista do processo. Os nacionalistas do setor público preocupavam-se tanto com a redução do crédito quanto com a descapitalização estatal – e, nos anos 50, a corrente aprimorou a compreensão estruturalista da questão inflacionária.

Não obstante as diferenças serem – sobretudo para economistas – bastante significativas, conforme podemos observar, seguindo Bielschowsky, os aspectos basilares das categorias apresentadas versam em torno da construção de um projeto *comum* de desenvolvimento econômico mediante delineação da economia e *diferentes maneiras* de atuação estatal. Ninguém é contra o “desenvolvimento econômico”.

Mas, como já adiantamos, para além dos debates da Ciência Econômica, é perceptível que a ideologia do desenvolvimento está presente em variados campos do conhecimento, interligando várias dimensões de estudos sobre a sociedade e a maneira como organizamos o espaço em que vivemos. A designio de referência, podemos mencionar algumas teorias acerca do desenvolvimento que entrecruzam a economia e a ciência geográfica.

No *Glossário de geografia humana e econômica*, por exemplo, no verbete “Desenvolvimento” (SPOSITO (org), página 119 e seguintes), escrito por Leandro Bruno Santos e Cássio Antunes de Oliveira, temos que a teoria dos polos de crescimento, vinculada à escola da centralização com enfoque nas trocas inter-regionais, nasce enquanto plano de orientação para a etapa de decolagem e contribui para a compreensão de que o desenvolvimento desigual das indústrias motrizes se manifestava em zonas específicas ou em “polos de crescimento” e esse processo causava alterações no espaço geográfico. Para além dessa perspectiva, a questão do desenvolvimento também é importante para a ideia de causação circular e acumulativa de Gunnar Myrdal, bem como para a abordagem associada aos efeitos para frente e para trás de Albert Hirschmann. Sob outro ângulo, os autores também pontuam que é perceptível o olhar crítico de alguns intelectuais, baseado no materialismo dialético, sobre as práticas regionais associadas ao desenvolvimento e suas articulações com o Estado e o espaço. Dessarte, segundo eles, Alain Lipietz busca entender as disparidades espaciais do desenvolvimento com base na divisão social e territorial do trabalho. De outro modo, Santos e Oliveira argumentam que, para Neil Smith o desenvolvimento desigual seria resultado das contradições do capital que se inserem na paisagem e ocasionam o desenvolvimento de locais com altas taxas de lucro, à medida que geram também espaços “subdesenvolvidos”. Nessa perspectiva,

o desenvolvimento desigual é produto do desenvolvimento capitalista (nas diferentes escalas) e, ao mesmo tempo, premissa para a exploração para a desigualdade geográfica para determinados fins sociais. Ou seja, a acumulação de capital e, por consequência, a expansão geográfica engendram um ambiente construído para a produção, que ocorre de maneira desigual, espacial e temporalmente.(mesmo lugar)

Outrossim, é notório que a dimensão do “desenvolvimento regional” presente na geografia e em outras áreas de estudos é consciente do problema do economicismo, e procura destacar a necessidade desvincular-se das compreensões estritamente econômicas. Destarte,

o desenvolvimento está ligado tanto à exploração das potencialidades locais, para contribuir socialmente, quanto à conservação dos recursos naturais, e pensá-los requer: valorizar os enraizamentos social, econômico e cultural da sociedade local, indo além de análises estritamente econômicas; priorizar as instituições públicas locais, a autonomia das finanças públicas e o investimento de excedentes em

setores sociais estratégicos. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento local requer não somente olhar para a eficiência econômica (agregação de valor), mas também para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (diminuição da pobreza, por exemplo) (BUARQUE, citado em SPOSITO, mesma obra, p. 126).

Resta saber se o acréscimo de outras variáveis “não-econômicas” seria o caminho para que a ideia de “desenvolvimento” fosse “além de análises estritamente econômicas”. Do nosso ponto de vista, a obsessão pelo crescimento econômico, pela industrialização, pela urbanização e pela conformação de outras formas de vida a uma sociedade capitalista constituem os fundamentos do desenvolvimento, que inclusive subordinam outras variáveis à sua lógica. No caso exposto, podemos observar isso na própria construção do argumento: “olhar para a eficiência econômica (agregação de valor)” é fundamental, mas “a melhoria da qualidade de vida das pessoas (diminuição da pobreza, por exemplo)” **também** é requisito para “pensar o desenvolvimento local”. O raciocínio não deixa de ser economicista quando se acrescenta variáveis subordinadas. O crescimento econômico continua sendo o fator preponderante nesse tipo de projeto.

Esse ponto se faz mais nítido quando a ideologia do desenvolvimento se liga a outras problemáticas da vida social. Além do supracitado “desenvolvimento sustentável”, emergem também estudos acerca do desenvolvimento a partir da “liberdade”, da “ampliação das capacidades humanas” e da “autonomia”. De maneira geral, para esses autores, a “liberdade” é o principal mecanismo de alcance para o desenvolvimento. Já a “autonomia” é vista como instrumento essencial na redução das desigualdades sociais e garantia da legitimidade, uma vez que pode viabilizar oportunidades mais igualitárias, além de tornar a tomada de decisões mais equitativa, considerando a importância das informações na configuração atual da sociedade do conhecimento (SPOSITO, mesma obra).

O principal articulador da concepção de “desenvolvimento como liberdade” é o indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia (1998), para quem,

a ideia de desenvolvimento está associada à expansão das liberdades reais das pessoas, pois ele associa liberdade e capacidade como meios posteriores às necessidades, isto é, a necessidade é algo aparentemente temporário nas pessoas, e as capacidades/liberdades representam o que elas podem vir a ser (estado resultante de uma efetivação). Em outras palavras, a efetivação é uma conquista das pessoas. (SPOSITO, 2017, p. 127)

Nas palavras do próprio autor,

o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda das pessoas, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). De forma análoga, a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outras influências. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *interalia*, desempenham um papel relevante no processo. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p. 17-18)

Como se pode notar, há um empenho do autor em expandir o escopo do que se entende por “desenvolvimento” sem, contudo, minimizar a necessidade do crescimento econômico, da eliminação da pobreza e da existência de oportunidades econômicas. Contudo, para ele, esse não deve ser o **foco** das políticas de desenvolvimento, posto que “as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais” (mesmo autor, mesma obra, p. 25). A discussão de o que significa essa “liberdade” para o autor implicaria em um desvio muito longo em nosso argumento. Por hora, gostaríamos de anotar apenas que a concepção de desenvolvimento do autor não critica a ideologia do desenvolvimento conforme a vimos traçando. Todos os fundamentos da ideologia do desenvolvimento mantêm-se. O que ocorre é que o autor amplia o alcance dessa ideologia. Sem querermos nos alongar na digressão, seria importante apontar que, posta dessa forma, a promoção da liberdade, inclusive, pode vir a legitimar interferências internacionais – como, aliás, se tornou retórica típica quando das intervenções estadunidenses, dentre as quais a assim chamada Doutrina Bush possivelmente é a mais explícita.

Por mais que se tome consciência de que o crescimento econômico, por si só, não promove um bem-estar generalizado e, portanto, carece de ser combinado com outras intervenções (educação, saúde etc) para que seus benefícios possam ser melhor distribuídos. Os imperativos da Economia (no mínimo) se mantêm ao mesmo tempo em que variáveis costumeiramente avaliadas por outras Ciências Sociais ampliam ainda mais – em extensão e profundidade – o alcance da ideologia desenvolvimentista e a capacidade que ela têm de subordinar o mundo ao capitalismo. Mesmo porque,

apesar de disciplinas diferentes terem tentado pegar pedaços de mudança social e dar a eles precisão analítica, não está claro que um tipo de evolucionismo – um desejo de transformar pessoas ‘tradicionais’ em outra coisa – tenha ido embora apesar de toda a crítica que essas perspectivas receberam dentro de diferentes ciências sociais. As décadas de 1950 e 1960 foram o auge da teoria da modernização, uma abordagem de ciência social cujo objetivo era demonstrar que uma mudança num domínio da vida implicava uma reconfiguração abrangente, levando virtualmente à criação de um novo tipo de pessoa – racional, em vez de supersticiosa, voltada para a realização em vez de para o *status*. A teoria da modernização foi efetivamente desacreditada, mas o etos por trás dela baseia-se em abordagens menos abrangentes sobre o desenvolvimento (COOPER e PACKARD, obra citada, p. 716).

Os autores prosseguem retomando a origem missionária dessa “ideia de criar uma nova pessoa”, a posição dos autores não constitui precisamente uma crítica radical à ideologia do desenvolvimento. Em vez disso, apontam questões importantes sobre os problemas de tomar as populações “tradicionais” ou as “comunidades” como um todo homogêneo – o que evidentemente não o são, como nenhuma população o é. O trabalho dos autores aponta pra uma maior necessidade de investigação de situações concretas e de detalhar melhor as estratégias, o que não é o foco de nosso trabalho. Mesmo assim, gostaríamos de fazer eco às palavras dos autores, para quem

críticos de intervenções de desenvolvimento têm tanta probabilidade quanto os proponentes de concretizarem as categorias do tradicional e do moderno, da ‘comunidade’ e do ‘Ocidente’, dando à categoria da comunidade um valor positivo em vez de negativo. Historicamente, no entanto, os dois lados estão mais profundamente implicados um no outro do que uma sugestão tão dicotômica implica”. (mesmos autores, mesma obra, p. 717-8)

Concordamos, ainda, com os autores, de que “nem a ‘universalidade’ nem a ‘comunidade’ têm o monopólio de virtude, ou de mal” (mesmos autores, mesma obra, p. 731). As populações “tradicionais” – como todas as outras – são complexas e possuem conflitos de interesses e disputas “internas”, que se entrecruzam com as “internacionais”. Ao mesmo tempo, em nosso grupo de

pesquisa, temos um ponto de referência bem delimitado: nossa preocupação é com a crítica ao capitalismo, em especial na forma como destrói e subordina outras formas de vida e, portanto, outras formas de pensamento. Nosso objetivo maior é participar da elaboração da crítica ao Imperialismo, do qual o Desenvolvimento, como já dissemos, se nos apresenta como uma de suas *formas*. Tendo isso em mente, observemos algumas *perspectivas críticas* que se pretendem também *alternativas sistêmicas*.

Capítulo II – Sobre perspectivas críticas e alternativas sistêmicas

Considerando os objetivos dessa monografia, neste capítulo vamos apresentar um panorama bibliográfico que contribuí para (re)pensar o conceito de Desenvolvimento e suas problemáticas, com foco em projetos ligados às ideias de pós-extrativismo e Bem Viver que se apresentam como críticas radicais e alternativas sistêmicas ao capitalismo.

Pensar o Desenvolvimento a partir de uma lógica etapista, isto é, ter uma compreensão faseológica do Desenvolvimento, está fundamentada nas ideias de progresso europeu, em que a categorização dos sistemas econômicos históricos define tipos ideais de sistemas econômicos que por sua vez são compreendidos como fases que todas as sociedades devem percorrer em seu processo evolutivo, superando etapas. Com a expansão do processo de industrialização no seio das nações da Europa, o desenvolvimento passou a ser encarado como processo *natural* da organização social, cabendo aos Estados o papel de tutela, ou de promoção do mesmo. Wallerstein, por exemplo, lembra que

desenvolvimento é uma palavra dotada de duas conotações diferentes. Uma delas faz referência aos processos do organismo biológico. A partir de diminutas bolotas, desenvolvem-se carvalhos. Todos os fenômenos orgânicos têm vida ou uma história natural: vêm a ser, de alguma maneira, depois crescem ou se desenvolvem e algum dia morrem. Mas como também se reproduzem, a morte de um único organismo nunca é a morte da espécie. É clara a suposta analogia socioeconômica: nações, Estados ou sociedades vêm a ser de alguma maneira (e em algum lugar), depois crescem ou se desenvolvem. (WALLERSTEIN em WALLERSTEIN, 2006, p. 125)

Anotemos que Wallerstein também ressalta que

raramente se chega ao fim da analogia. Poucas são as discussões acerca da probabilidade de essas entidades virem a morrer ou de que a espécie sobreviva mediante um processo de reprodução. Podemos especular por que a analogia jamais é levada às últimas consequências e por que a nossa atenção se concentra no que julgam ser as normalidades ou anormalidades do segmento intermediário da sequência, o presumido processo de desenvolvimento. Talvez isso ocorra porque desenvolvimento tem uma segunda conotação, mais aritmética que biológica. Desenvolvimento com frequência significa simplesmente ‘mais’. Nesse caso, nossa analogia não tem como outro termo um ciclo orgânico, mas uma projeção linear ou ao menos monotônica. E, naturalmente, as projeções lineares vão ao infinito. Ora, o infinito está distante. Porém existe, e sempre é possível imaginar mais de alguma coisa. Como possibilidade social, isso é sem dúvida muito estimulante. Seja o que for aquilo de que temos agora certa quantidade, poderemos ter mais amanhã. (mesmo autor, mesma obra, p. 125-126)

Este texto foi publicado originalmente em 1988. Depois disso, podemos dizer que muita gente tem “levado ao fim a analogia” e discutido sobre a morte que sucederia o “desenvolvimento”. Essa é uma das fronteiras da pesquisa de nosso Grupo de Estudos sobre o Imperialismo. Apenas a título de indicação preliminar nada exaustiva, além de toda a bibliografia que viremos a trabalhar nesse capítulo, ainda poderíamos apontar Kurz (2004), Arantes (2007), Danowski e Viveiros de Castro (2014), Streeck (2018), Menegat (2019), Fisher (2020), Latour (2020) e, por fim, mas potencialmente, mais importante Krenak (2019 e 2020). Dentre as muitas causas possíveis para essa mudança entre o tempo de Wallerstein e o de Krenak, a mais evidente é que a cada dia se torna mais difícil negar o colapso (em muitos sentidos) do capitalismo. E, no entanto, a ideologia do desenvolvimento continua se reapresentando, a cada dia com fantasias diferentes. Seguindo a pista de Luiz Marques: haja “bloqueio mental”!

Como já dissemos no capítulo anterior, a discussão teórica sobre o desenvolvimento sempre esteve ligada ao problema de identificar quais condições (ou quais etapas) o país deve ter (seguir) para que a sua economia se desenvolva de maneira estável. E, portanto, sempre foi também uma questão de políticas públicas e de Política Internacional. O centro da “teoria do desenvolvimento” é a concepção do desenvolvimento como adoção de normas comportamentais, atitudes, valores e instituições associados ao pensamento econômico moderno, fundamentado na produtividade máxima, poupança e investimento que resulta(ria) em acumulação incessante. Por conseguinte, a questão do Desenvolvimento passou a ser encarada como modelo ideal (como uma receita, a do tal “bolo”) para ações econômicas, sociais e políticas que ocorrem(riam) em determinados Estados na medida em que (supostamente) trilham o caminho para a sua “decolagem”.

Já ressaltamos também, de passagem, que esse enfoque na compreensão do processo de desenvolvimento se fundamenta na amplamente disseminada e debatida “teoria da modernização por etapas” de Walt Whitman Rostow, influente assessor de segurança dos Estados Unidos durante a Guerra Fria que se tornou a principal referência desta teoria, que por sua vez fundamentou as políticas de reconstrução dos países europeus e de expansão do capital do centro para a periferia no período pós-guerra. Para Rostow, apoiado no que ele entende ser uma “teoria dinâmica da produção”, o desenvolvimento econômico é um processo de desdobramento logicamente encadeado, em que o crescimento econômico leva ao avanço nas etapas. Assim, Rostow apresenta o enquadramento das sociedades a partir de cinco etapas de crescimento, sendo a primeira, a fase da sociedade tradicional; a segunda, a fase das pré-condições para o arranco ou decolagem; a terceira, a fase do arranco; a quarta, a fase da marcha para a maturidade; e por fim, a quinta fase, a era do

consumo em massa. (ROSTOW, 1978). Desta forma, segundo o economista brasileiro Celso Furtado, para Rostow “o desenvolvimento se concretiza pela superação de uma série de fases, como numa carreira de obstáculos” (FURTADO, 1983, p. 111). A trajetória que compõe a passagem de uma fase para outra está associada aos padrões de produção conforme a articulação de três fatores: a poupança, o investimento e o consumo (ROSTOW, 1978), que definem o crescimento econômico. Por sua vez, esse crescimento é entendido como o aumento nos níveis de produtividade, atrelados à “incessante expansão da produção e do comércio, um constante crescimento no volume de energia utilizado, na extração de matérias-primas, na qualidade e quantidade de produtos finais” (ROSTOW, 1978, p. II), e “está enraizado na difusão progressiva de novas tecnologias numa base eficiente” (ROSTOW, 1978, p. V). Além disso, Rostow defende que o progresso econômico (identificado à industrialização e ao acúmulo de capital) “é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos” (ROSTOW, 1978, p. 19).

Não faz parte de nossos objetivos nessa monografia aprofundar esses pontos³, mas ao observamos a história do pensamento econômico brasileiro podemos notar que, como já dissemos, a despeito das disputas entre “ortodoxos” e “heterodoxos”, o “desenvolvimento econômico” atrelado ao “crescimento” e ao “progresso” aparece como objetivo indiscutível e consensual dos modelos econômicos e das agendas políticas, que divergem quanto aos meios e ao papel do Estado, bem como à manipulação das variáveis de política econômica, mas sempre com o objetivo, ao menos retórico, de crescimento econômico e melhoria das condições de vida das pessoas. Nesse sentido, o que diferencia projetos políticos de partidos de direita e esquerda não gira em torno de questões acerca de desenvolver ou não desenvolver, mas quais políticas serão colocadas em prática para atingir o desenvolvimento (cf: WALLERSTEIN, em WALLERSTEIN, 2006)⁴.

Pudemos ver, com o fim do chamado “ciclo desenvolvimentista” (cf: BIELSCHOWSKI, obra citada), a ascensão de governos de vários matizes, do neoliberalismo desenvolvimentista de FHC ao desenvolvimentismo neoliberal os governos do PT; e se acompanharmos a história a América latina no período, poderemos verificar – com nunces – muitas semelhanças com esse processo. Especialmente quanto à assim chamada “onda rosa”, conforme argumentamos, tivemos no início do século XXI o reforço da obsessão de quase todos os partidos políticos em atingir o

3 Este estudo está sendo realizado em um plano de trabalho de Iniciação Científica atrelado ao nosso Grupo de Estudos sobre o Imperialismo.

4 O que também sugere que, a despeito da retórica de economistas, o “neoliberalismo” e o “keynesianismo” possuem um alicerce comum provavelmente mais importante que as diferenças visíveis (fato este que deveria ser conhecido por todos marxistas).

Desenvolvimento na esperança de viver suas promessas de modernização, industrialização e urbanização, que resultou na completa inserção e limitação dos países da região aos princípios do capitalismo⁵.

Mas quem paga a conta pela busca incessante e irracional do Desenvolvimento Econômico? Encontramos pistas para essa pergunta ao observarmos a destruição do modo de vida e vínculo comunitário dos povos originários, população rural e quilombolas. O fracasso da “esquerda progressista” em promover o Desenvolvimento Econômico nas economias de seus países, por meio da inserção econômica global e incentivo aos setores extrativistas e primário-exportadores, somente ressalta o argumento em torno da importância da descolonização do nosso imaginário e para assim, pensarmos fora da caixinha das estruturas capitalistas e desencanarmos das promessas genocidas/etnocidas do Desenvolvimento (LEITE e UEMURA, 2018). A trilha desenvolvimentista seguida pelos governos progressistas não possibilitou transformações estruturais econômicas, políticas e sociais e muito menos nos permitiu vivenciar a consciência política para que pudéssemos construir cenários no futuro – conforme atesta a rápida e violenta destruição das conquistas obtidas durante o ciclo progressista que vivenciamos nos anos recentes.

Como dissemos nestante, o desenvolvimento carrega consigo uma conotação aritmética que frequentemente é sinônimo da aquisição de “mais e mais” semelhante a projeções lineares que tendem ao infinito (WALLERSTEIN, obra citada, pág. 125). Essa estratégia de acumulação interminável que fundamenta o projeto de desenvolvimento econômico está totalmente inserida na estratégia de acumulação do capital, dado que para alcançar o pleno desenvolvimento – ou a máxima acumulação – o capital necessita criar condições de expansão com o objetivo de dominar as riquezas naturais e a força de trabalho de todos os espaços do globo. Ao considerar que boa parte dessas riquezas e força de trabalho se encontram em sociedades e economias não capitalistas, compreende-se que somente através da expansão sobre regiões não-capitalistas o capital pode realizar crescentemente a mais-valia, isto é, se aproximar da plena acumulação (LUXEMBURGO, 1985). Assim, a acumulação de capital depende, em todos os aspectos, das sociedades e economias

5 O que veio depois do *golpeachment* é um pouco mais difícil de caracterizar. Especialmente quanto ao bolsonarismo, seria importante destacar que o bizarro “nacionalismo entreguista” – que não é exatamente uma novidade em termos históricos – bagunça os esquemas classificatórios que se baseiam na oposição entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo. Por suposto que a análise dessas questões exigiria um aprofundamento que não tivemos condições de fazer dentro do prazo e do escopo dessa pesquisa. Mas podemos afirmar que, se tivermos êxito em afirmar o caráter imperialista do desenvolvimentismo que engendra a consequente crítica a esse enquadramento dicotômico, podemos identificar cristalinamente o sentido do *movimento geral* dessas tendências aparentemente contraditórias: destruição dos povos tradicionais, mercantilização da natureza, “acumulação primitiva”, extrativismo, favorecimento do capital financeiro (especialmente o “internacional”) e destruição de direitos constitucionais; ou seja: Imperialismo. O que sucede ao *golpeachment*, portanto, pode ser visto como o aprofundamento muito acelerado de tendências que nunca deixaram de se fazer presentes.

não-capitalistas e disto decorre a tendência do capital de submeter à sua tutela todos os espaços do globo, impondo suas relações sociais dominantes (a mercadoria e o próprio capital) em meios que lhes são estranhos. É por essa razão que, de acordo com Rosa Luxemburgo, a “acumulação primitiva” é um caráter permanente da expansão imperialista do capital, desde o século XVI. Nesse sentido, ressalta-se uma contradição fundamental da economia mundial capitalista: sociedades não-capitalistas que lutam contra empreendimentos genocidas/etnocidas (CLASTRES, 2014) para manter sua organização social e econômica coletiva, em harmonia com a natureza; muitas vezes também buscam – ou são forçadas a buscar – formas de integração ao menos parciais ao “desenvolvimento” e à “modernização”.

Para Rosa Luxemburgo (1985) o Imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital. Acosta (2016) afirma que o “Desenvolvimento” atua enquanto projeto de inclusão de territórios não totalmente permeados pela lógica capitalista ao circuito de acumulação de capital. Por conseguinte, a exigência global do modelo desenvolvimentista de crescimento econômico infinito reforça as bases de relações coloniais a partir do pressuposto inadequado que o modelo civilizatório europeu deve ser o modelo padrão de organização social, em que o europeu e sua forma de viver é desenvolvida – portanto boa – e por isso, devem ser eliminadas e/ou subjugadas toda identidade cultural, especialmente forma de viver, que a isso se oponha, numa tentativa – obviamente impossível – de transformar o mundo à imagem e semelhança dos países capitalistas. Diante disso, o pressuposto de que o “Desenvolvimento Econômico” é a via de superação das relações coloniais e do Imperialismo não somente é falso como é totalmente contraditório, dado que o “Desenvolvimento Econômico” *reforça* as estruturas coloniais e ressalta as desigualdades entre nações “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, destruindo formas de pensar e viver (modo de produção). Portanto, *Desenvolvimento é Imperialismo*.

Como resposta à colonização com nova diagramação que vimos encarando no século XXI, têm surgido na América Latina interessantes perspectivas críticas ao desenvolvimentismo que aliam o diagnóstico do fracasso das teorias que apostam na correlação entre o “desenvolvimento” e a “melhoria da qualidade de vida das pessoas” e formas de pensamento autóctones que resistem ao processo imperialista e colonial desde o início de sua implementação. Assim, sob nosso juízo, os debates do “Bem viver” e do “pós-extrativismo” se destacam dentro desse espectro da crítica ao Desenvolvimento, que se mostra cada vez mais obsoleto e incapaz de cumprir suas promessas. É evidente que nada disso garante que a ideologia do desenvolvimento possa ser superada; mas, em

nosso juízo, faz-se urgente o esforço de ruptura radical com determinados dogmas como a necessidade da industrialização e da urbanização – usualmente tidas por economistas como sinônimos de “progresso”. Assim, nesse capítulo, seguimos o propósito de examinar também as “alternativas sistêmicas” de forma crítica, completando o panorama que procuramos traçar sobre o problema do Desenvolvimento.

É importante destacar que essas “alternativas sistêmicas” têm origens diversas, mas todas nascem de lutas, experiências, ganhos, perdas e resistência dos movimentos sociais em torno das práticas e propostas, muitas vezes, contraditórias. Segundo Pablo Solón,

algumas alternativas vêm dos povos originários, como o Bem Viver. Outras, como o decrescimento, vêm à tona em sociedades industrializadas que já ultrapassaram os limites do planeta. O ecofeminismo aporta a dimensão essencial para superar o patriarcado e o antropocentrismo. Os direitos da Mãe Terra buscam construir novas formas de relacionamento com a natureza. Os “comuns” enfatizam a autogestão das capacidades humanas. A desglobalização se concentra na análise do processo globalizante e no desenvolvimento de novas vias de integração mundial que garantem centralidade aos povos e à natureza. (SOLÓN, 2019, p.16)

E essas são apenas algumas. De todo modo podemos partir do pressuposto de que são muitas as alternativas e nenhuma delas consegue lidar sozinha com a crise do capitalismo. Todas as alternativas (inclusive as que ainda vão surgir) necessitam da articulação para construir um todo que disponha de soluções à complexa problemática que vivemos. Para que a luta anti-imperialista tenha maior potencial de efetividade, é preciso que cada uma delas se veja como complementar às demais e esteja disposta a aprender com essas experiências, de modo que seja possível encadear forças e imaginarmos horizontes para além do capital (SOLÓN, 2019). Vejamos, de modo bastante sumário, como se apresentam essas alternativas.

O “Bem Viver” surge no debate acerca de alternativas sistêmicas como uma proposta global de transformação civilizatória, que denuncia as falhas e limitações das conhecidas teorias de “Desenvolvimento Econômico” junto à crítica ao desenvolvimento enquanto imperativo global. O termo Bem Viver tem sido utilizado por perspectivas capitalistas para expressar uma espécie de “capitalismo verde” ou “desenvolvimento sustentável”, o que difere da maneira como foi pensado pelos povos originários. A concepção do Bem Viver não possui a pretensão de atuar como um novo regime de desenvolvimento, muito menos se assemelha a um receituário composto de etapas a serem seguidas – o que o tornaria semelhante às teorias desenvolvimentistas. Longe disso, o Bem Viver se apresenta tal qual uma ideia em construção, oposta ao conceito de acumulação infinita, que

reivindica harmonia com a Natureza, reciprocidade, complementaridade e solidariedade entre todos (ACOSTA, 2016).

Os termos Buen Vivir, Vivir Bien ou Bem Viver são desdobramentos dos conceitos de *suma qamaña* (aymara), *sumak kawsay* (kíchwa) ou *nhandereko* (guarani) (ACOSTA, 2016) e denominam o conjunto de conhecimentos, práticas e organizações dos povos amazônicos e andinos que sustentam um complexo emaranhado de significados como “vida plena”, “saber viver” e “vida inclusiva” (SOLÓN, 2019) e podem ser vistos, ainda, como “uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida” (ACOSTA, 2016). A essência desta perspectiva compartilha de uma dinâmica e complexa mistura de compreensões filosóficas de tempo e espaço juntamente a cosmovisão acerca da relação entre os indivíduos e a natureza⁶. Pablo Solón (2019) elenca cinco elementos centrais que nos auxiliam na percepção do Bem Viver, são eles: i) visão do todo ou da Pacha; ii) convivência na multipolaridade; iii) busca do equilíbrio; iv) complementaridade da diversidade e v) descolonização.

O primeiro elemento trata da visão da *totalidade* em que as transformações ocorrem. Na concepção andina do Bem Viver, o “todo” é a Pacha, isto é, a Terra ou Pachamama (Mãe Terra)⁷. A Pacha abarca o “todo” em movimentação permanente e não envolve somente os humanos, mas todos os animais, plantas, astros, estrelas e até os mortos e espíritos. A partir da visão do Bem Viver, o tempo e o espaço não são lineares, como a noção de “desenvolvimento” ocidental, ao contrário, são cíclicos. Nos termos de Pablo Solón, “o tempo avança em forma de espiral e o futuro se entronca com o passado. Em todo avanço há um retrocesso e todo retrocesso é um avanço” (SOLÓN, 2019, p. 24)⁸.

O segundo elemento aborda a *dualidade* presente em tudo, em que o ser humano e a comunidade são faces de um todo, e assim, um ser só existe enquanto relaciona-se com a comunidade. A partir disso, o sentimento de responsabilidade e de pertencimento comunitário são a base da convivência na multipolaridade. Assim, o Bem Viver se dispõe a modificar o conceito de

6 Notemos, por exemplo, o que o Célio Turino ressalta no prefácio de *O Bem Viver*: “Algum leitor apressado poderia pensar tratar-se de um princípio restrito ao ambiente andino e amazônico, mas não: o Bem Viver é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós no *teko porã* dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do *ubuntu* - ‘eu sou porque nós somos’. Está no ecossocialismo, em sua busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20. Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na *minga* ou *mika* andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas, no candomblé. Está na *Carta Encíclica Laudato Si’* do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da Casa Comum.” (TURINO em ACOSTA, 2016, p. 14)

7 Para uma visão lúdica dessa questão, ver o filme *Pachamama*, referenciado ao final dessa monografia.

8 Para uma visão semelhante, inspirada em culturas não-ameríndias, ver *Avatar: a lenda de Aang* – 2º Temporada, Episódio 04: O pântano.

“bem-estar” (*situação* da pessoa) e concentra-se no “bem-ser” (*essência* da pessoa), em que o ponto chave é viver em harmonia respeitando a diversidade. (SOLÓN, 2019).

O esforço em obter a *harmonia entre as múltiplas partes que integram a Pachamama* é o terceiro elemento central e é intuito básico da concepção andina. A cosmovisão do Bem Viver não compartilha de um desenvolvimento “mais democrático e humanizado” e consequentemente não incorpora a noção de *progresso* e *estabilidade* por meio do *crescimento contínuo* como no capitalismo, longe disso, se põe a vivenciar o *equilíbrio ativo* e *transformador do todo*. Por meio dessa compreensão filosófica andina, os seres humanos não são encarados como *donos* ou *dominadores* da natureza, ao contrário, o nosso papel é *mediar a busca pelo equilíbrio*. Somente a Pachamama possui força criadora e transformadora.

O quarto ponto central aborda a necessidade de enxergar a diferença como parte do todo, isto é, a *complementaridade dos diferentes*. Considerando que nunca seremos iguais, devemos nos concentrar em compreender as alteridades e a partir daí unir costumes e ecossistemas. Em oposição à lógica competitiva do capital, o Bem Viver concentra-se em articular forças. Noutros termos,

não se trata de um retorno utópico ao passado. Trata-se do reconhecimento de que na história da humanidade houve, há e haverá outras formas de organização cultural, econômica e social que podem contribuir para superar a atual crise sistêmica na medida em que se complementem. (SOLÓN, 2019, p. 31)

Por fim, o quinto elemento discute a *centralidade da descolonização contínua* para assim, destruímos as estruturas desse sistema mental, político, econômico e cultural que nos subjugam. *Autogestão* e *autodeterminação* são os pontos centrais do processo de descolonização do território e assim, retomarmos o encontro com nossas raízes, nossas identidades e história.

Como já afirmamos, o Bem Viver é uma alternativa em construção. Dessa maneira, o debate acerca da existência e/ou do papel do Estado no Bem Viver não pode ser determinada de antemão. No entanto, os teóricos certificam-se de que é fundamental abandonarmos a ideia de Estado-nação moderno e liberal atrelado a estruturas e práticas coloniais, sobre o qual se consolidou esquemas de dominação e destruição de populações tradicionais. Segundo Acosta (2016), o desafio é concebermos outro Estado em torno da concepção plurinacional, comunitária e autônoma. Acosta defende a ideia de Estado plurinacional que se comprometa com a defesa da igualdade e liberdade das inúmeras nacionalidades que convivem em conflito, sendo marginalizadas e subjugadas. Em contrapartida, Solón (2019) ressalta que a concepção e elaboração do Bem Viver não deve estar atrelada ao poder estatal mas, ao contrário, é a sociedade que deve construir o Bem Viver. A sociedade é o centro da autodeterminação para confrontar a dinâmica estatal de natureza

etnocida/genocida. Para Solón, o Estado não deve atuar enquanto organizador e planejador da sociedade, pelo contrário, deve contribuir para o empoderamento e autonomia da sociedade. Para ele, assim como o *suma qamaña* e o *sumak kawsay* lutaram contra o Estado inca, colonial, o Bem Viver deve se organizar e viver independente dos poderes do Estado, potencializando o local e o comunitário.

Sobre esse dilema quanto ao Estado, nos parece importante destacar que a visibilidade em âmbito internacional do Bem Viver ocorreu a partir da inclusão do conceito nas constituições da Bolívia, com Evo Morales em 2006 e no Equador, com Rafael Correa em 2007, na medida em que atuou como ponto-chave das reformas normativas e institucionais em cada um dos países. Todavia, esse processo deu início a uma polêmica em relação à execução concreta do conceito na Bolívia e no Equador. Atualmente, figuras centrais no debate afirmam que o governo boliviano e equatoriano não praticaram o conceito do Bem Viver e limitaram-se somente aos discursos. Em consequência disto, é essencial nos concentrarmos na compreensão da sua essência e refletirmos sobre suas contribuições e implementação real para, de fato, vivenciarmos a proposta do Bem Viver (SOLÓN, 2019). Ademais, de maneira positiva, a inserção constitucional do Bem Viver estimulou os debates complementares, como os direitos da Mãe Terra e os direitos da natureza.

Os direitos da Mãe Terra se constituem enquanto cosmovisão que defende a construção de uma sociedade que abarca o humano e a natureza como um todo. Nessa perspectiva, a natureza não existe *em função* do progresso e da sobrevivência da humanidade, como defende a visão antropocêntrica, capitalista e produtivista. Ao contrário, reconhece que a Terra, o cosmo e a natureza carregam vida e portanto, os humanos não são superiores a outros seres e não são donos da Terra e das outras formas de vida. De acordo com Solón (2019), podemos elencar três principais correntes que formam e contribuem para o processo de amadurecimento do debate acerca dos direitos da Mãe Terra: a indígena, a científica e a ética.

A primeira delas é a corrente indígena que se manifesta em diversas regiões do mundo e é essencial para a perspectiva andina que inspira fortemente o debate político e jurídico sobre os *direitos* da Mãe Terra. Para essa corrente, o vínculo de *dependência humana em relação à natureza* é central, uma vez que a vida se dá em ciclos que mudam e se movem em equilíbrio dinâmico. Já a segunda corrente, a científica, surge com o argumento em favor do “valor intrínseco” das inúmeras espécies e ecossistemas no processo de autorregulação do nosso sistema. Nessa visão, os elementos são algo em si e por si, isentos de utilidade para outrem. Segundo Solón, as noções de preservação e consolidação da vida em nosso planeta, presentes nessa corrente, contribuem positivamente para os

direitos da Mãe Terra. E por fim, a corrente ética, que a partir de perspectivas filosóficas, religiosas ou morais, integram discursos e pensamentos baseados na defesa da Terra e na transformação da relação humana para com a natureza. Um exemplo dessa corrente, citado por Solón, é a compreensão de São Francisco de Assis em torno da igualdade de todos os seres, em contraposição à superioridade e dominação dos humanos sobre a natureza que se faz presente em visões antropocentradas.

Assim como os princípios do Bem Viver, os direitos da Mãe Terra se fazem presentes nas constituições do Equador e da Bolívia. No entanto, na prática, pode-se dizer que isso não se deu de forma efetiva, uma vez que esses direitos foram flexibilizados pelo Estado de acordo com o “interesse nacional”. Diante disso, pontua-se a questão acerca do papel do ordenamento jurídico e jurisprudência da Terra que se articula para conceder voz, reconhecimento e complementaridade aos direitos em âmbito institucional. Considerando essa experiência, o desafio central é o reconhecimento e a realização efetiva dos direitos da natureza e da Mãe Terra, articulado as formas de Democracia da Terra em contexto nacional, regional e internacional⁹.

É importante que se entenda que no debate acerca dos direitos da Mãe Terra, na concepção andina do Bem Viver e em todas as outras alternativas que serão apresentadas neste trabalho, as ideias de progresso social e prosperidade, diferentemente da forma usual com que se apresentam na ideologia dominante, estão desvinculadas da obsessão pelo crescimento econômico. O desenvolvimento e o crescimento econômico prometem a promoção da abundância, da riqueza e da paz, mas, na realidade, produzem pobreza, miséria e desigualdades, deixando como legado a destruição dos recursos naturais, o aquecimento global, desastres ecológicos e o “mal viver” (AZAM em SOLÓN, 2019). Além disso, a intensificação dos padrões econômicos, políticos e culturais crescentistas e desenvolvimentistas agravam, cada vez mais, a crise sistêmica que vivemos. Assim sendo, necessitamos, imediatamente, refletir acerca do caráter ideológico que sustenta esses projetos para, com isso, acolhermos perspectivas que rompam com esses paradigmas.

Considerando tal problemática, surgem as perspectivas do Decrescimento e Pós-extrativismo. O ponto comum em ambas concepções é a crítica à percepção ocidental de progresso como práticas produtivistas e extrativistas, globalização econômica e financeira, consumismo e desigualdade social e ambiental (AZAM em SOLÓN, 2019).

O Pós-extrativismo nasce na América Latina a partir das críticas às práticas produtivistas e extrativistas, principalmente, após os fracassos das políticas neoliberais e neoextrativistas dos

⁹ Para aprofundar a discussão sobre as questões éticas e jurídicas sobre essa questão, ver Lourenço (2019) e Gudynas (2019).

governos “progressistas” que, como já assinalamos, no princípio do século XXI embarcaram em mais uma onda de busca pelo desenvolvimento. O que caracteriza o extrativismo é a transformação da natureza, da biosfera e do ecossistema em “recursos” para exploração e mercantilização, mas é importante ressaltar que esse processo de extração intensa de recursos primários para exportação acentua a dependência externa e aprofunda a função primário-exportadora latino-americanas (ACOSTA e BRAND, 2018), sem com isso resolver as questões estruturais de pobreza e desigualdades sociais que caracteriza nosso continente. Segundo o argentino Horacio machado Araóz,

o extrativismo na América Latina não significa somente uma ‘exploração de recursos naturais’, mas um padrão de poder que estrutura, organiza e regula a vida social em seu conjunto em torno da apropriação e da exploração oligárquica (portanto, estruturalmente violenta) da Natureza toda (incluída essa forma especialmente complexa e frágil da Natureza que são os corpos humanos). O extrativismo é a marca perene de nossa origem colonial, que não se apagou durante a etapa pós-colonial. Permeou nossa cultura, moldou nossa institucionalidade, nossa territorialidade e nossa ‘idiossincrasia nacional’; deixou sua marca indelével na estrutura de classes, nas desigualdades racistas e sexistas; enfim, na natureza dos regimes políticos, no tipo de estrutura de relações de poder e em suas modalidades de exercício e reprodução. Em suma, os regimes extrativistas são nem mais nem menos, a base estrutural das formações geossociais próprias do capitalismo colonial-periférico-dependente; expressam a modalidade específica do capitalismo na periferia. [...] [Portanto] o aprofundamento, a ampliação e a intensificação do extrativismo são o aprofundamento, a ampliação e a intensificação de nossa condição periférico-dependente, colonial (ARAÓZ, 2020, p. 275)

E é neste sentido que a também argentina Maristela Svampa, socióloga, afirma que

o neoxtrativismo é uma categoria analítica nascida na América Latina e que possui grande potência descritiva e explicativa, assim como um caráter denunciativo e um amplo poder mobilizador. Às vezes aparece como categoria analítica e como conceito fortemente político, já que não ‘fala’ de forma eloquente das relações de poder e das disputas em jogo e remete, para além das assimetrias existentes, a um conjunto de responsabilidades compartilhadas e ao mesmo tempo diferenciadas entre o Norte e o Sul globais, entre os centros e as periferias. Além disso, na medida em que alude a padrões de desenvolvimento insustentáveis e adverte sobre o aprofundamento de uma lógica de espólios, tem a particularidade de iluminar um conjunto de problemáticas multiescalares, que definem diferentes dimensões da crise atual. (SVAMPA, 2019, p. 24)

Como a autora pontua, é uma categoria bastante plural, sendo que, para ela,

seria impossível, a esta altura, sintetizar suas contribuições e caracterizações, uma vez que há uma profusão de artigos e livros sobre o tema, que se estende ao uso

que os atores afetados e os movimentos sociais fazem da categoria neoeextrativismo. (mesma autora, mesma obra)

Já o Decrescimento, centralizado na autolimitação e moderação, surge enquanto uma perspectiva europeia de oposição à dominação econômica e cultural dos Estados no Norte e à sociedade do crescimento. Pensar em decrescimento nos obriga a descolonizar as nossas mentes, dominadas pela busca incessante do lucro pelo lucro e do crescimento pelo crescimento. Decrescer pode ser erroneamente associado à perda de ganhos, e isso nos induz a reflexões sobre o caráter antropocêntrico e exploratório do processo civilizatório e a urgência em nos desacostumarmos a associar qualquer crescimento a algo intrinsecamente “bom”. O decrescimento não é o crescimento negativo. O centro dessa perspectiva é substituir a pergunta “Quais devem ser os nossos meios e mecanismos de crescimento?” por “Como construiremos a vida em harmonia com a Natureza?” (ACOSTA e BRAND, 2018). Assim como as demais perspectivas aqui apresentadas, o decrescimento não é uma alternativa isolada, mas sim, uma *matriz de alternativas de convivência multipolar e complementar* que almeja a construção de uma sociedade autônoma e moderada. Decrescer implica em romper o ciclo produtivista de consumo dos recursos naturais e energéticos para assim permitir a renovação biofísica e ecossistêmica.

Segundo Acosta e Brand, o Decrescimento e o Pós-extrativismo necessitam caminhar juntos. Dessa forma, os países industrializados devem romper o ciclo do crescimento e do desenvolvimento a partir da redistribuição de riquezas e redução de consumo para que o Sul concentre-se em descolonizar-se da subjugação econômica e política do neoliberalismo, do produtivismo e do extrativismo. Assim, articulando os princípios do decrescimento no Norte e o pós-extrativismo no Sul poderíamos almejar a construção de um novo horizonte com vínculo harmônico entre sociedade e a Natureza, dissociado da lógica de acúmulo, mercantilização e exploração do capitalismo (AZAM em SOLÓN, 2019).

Dessa forma, decrescer também implica em desglobalizar, uma vez que ambas perspectivas fundamentam-se na reflexão e na elaboração de um novo processo integrativo que coloque no centro os povos e a natureza. A Desglobalização, semelhante às perspectivas do Decrescimento e do Pós-extrativismo, nasce enquanto alternativa que concebe a possibilidade de termos sociedades prósperas sem o crescimento que violenta a natureza. Desglobalizar-se é contestar o regime capitalista e a sua suposta racionalidade econômica que limita e desfaz a capacidade de decisão das comunidades e dos Estados (SOLÓN, 2019). O movimento de integração acelerada do capital, da produtividade e dos mercados, que envolve todas as facetas da vida em função do lucro, compõe o alicerce do atual processo de globalização. Para contrapor este movimento, o termo desglobalização

surge com o intuito de reestruturar o sistema econômico e político por meio da transformação integrativa mundial com a elaboração, consolidação e fortalecimento das economias locais e nacionais – em vez de destruí-las, como ocorre com a globalização.

De início, desglobalizar implica compreender o devir da globalização e identificar as particularidades da nova etapa da globalização. De acordo com Pablo Solón (2019), a partir de 1980 até os dias atuais, vivenciamos a nova etapa da globalização com base na ascensão do neoliberalismo e do Consenso de Washington, que se articula em defesa do mercado concorrencial associado a progresso, modernidade, consumo e produtividade, em vez de se concentrar no cuidado e harmonia do ser humano para com a natureza, o que, ainda mais em um planeta com recursos finitos, evidencia o desprezo do capital pela natureza e pela vida, subordinadas sempre à acumulação do capital. Ainda segundo Solón, a atual fase da globalização evidencia a intensa disparidade entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” e demonstra o agravado caráter estrutural e crônico da crise¹⁰. Isso porque o capitalismo se retroalimenta da crise em busca de lucros cada vez mais maiores e, dessa forma, para tentar resolver problemas ligados à crise, agrava cada vez mais o aspecto ambiental, social, econômico e bélico da mesma.

Nesta nova fase da globalização, em busca de lucros e crescimento, o capitalismo se concentra na imposição dos processos de “inovação” da “nova revolução tecnológica” marcada pela biotecnologia e pela automatização. Ao contrário de trazer mais prosperidade e segurança, em termos globais, as desigualdades, o desemprego, a intensa destruição da natureza, o etnocídio/genocídio e todas as violências do capital são *reforçadas*, considerando que somente setores e nações específicas se beneficiam deste processo. Neste contexto, práticas e políticas democráticas são cada vez mais questionadas e sufocadas e as populações negras, femininas, imigrantes, LGBTQI+s, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, enfim, periféricas são consideradas ameaças à ordem dominante e sofrem com as políticas de extermínio cotidianas que a sociedade instrumentaliza por meio de um Estado autoritário, xenófobo, misógino e racista que restringe os direitos humanos, civis, políticos, culturais, econômicos e sociais dessas comunidades, que compõem a maioria da população.

É evidente, contudo, que esses processos não ocorrem sem que sejam alimentados processos de resistência e luta contra o capital e o Estado e assim, disputas e divergências econômicas se tornam mais intensas e profundas e conseqüentemente, acentua-se o militarismo, tanto “interno” quanto “internacional”. Assim, a nova fase da globalização neoliberal é marcada tanto pelo militarismo

10 Ver também *A crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2011), trabalhado por nosso grupo de pesquisa em iniciação científica realizada por Yasmin Couto de Jesus.

quanto também pela solidariedade e articulação dos povos em busca de alternativas políticas e econômicas para além do capitalismo. Segundo Solón, para que possamos de fato vivenciar a transformação do mundo e produzir alternativas para além do capitalismo, precisamos desconstruir a globalização e suas premissas. Para isso, é primordial “deslegitimar, deter, agravar as contradições e decompor tanto a ideologia como as instituições da globalização encarnadas no FMI, no Banco Mundial, na OMC e nos tratados de livre-comércio” (SOLÓN, 2019, p.185).

Neste sentido, desglobalizar é tornar central a dimensão ambiental e humana no novo processo de integração mundial e regional que, por sua vez, se fundamenta na preservação, solidariedade e respeito pela vida em suas diferentes formas. Inicialmente, as propostas ligadas à desglobalização se concentravam nos debates em torno dos deveres dos Estados nacionais para preservação da soberania e tomada de decisões. No entanto, considerando que se limitar às estratégias dos Estados apenas servia para expandir e aprofundar as políticas do processo de globalização neoliberal, necessitamos concentrar forças em torno da transformação ou tomada do poder estatal, democratizando a gestão dos recursos e propriedades.

Mas a questão acerca do papel do Estado na desglobalização nos conduz ao debate sobre os “Comuns”, na medida em que desglobalizar significa também o aumento ou, mais propriamente o resgate da centralidade das questões locais e regionais para a vida política, de modo que “as mudanças locais e nacionais devem confluir até novos e mais amplos processos de integração, baseados na complementaridade, e não no mercado.” (SOLÓN, 2019, p. 192). Desta forma, a desglobalização tem como desafio o fortalecimento da auto-organização, autodeterminação e autogestão da comunidade.

A reflexão sobre os modos de coordenação de distintos recursos e condições essenciais para a vida em comunidade é basilar no conceito dos “Comuns”. Os vínculos sociais de cooperação e solidariedade se desenvolvem em torno de determinado item material, imaterial, natural ou de conhecimento que, por sua vez, é fundamental para a coletividade. O que define os “comuns” é exatamente o conjunto de práticas colaborativas e administrativas em torno dos elementos que enriquecem o cotidiano coletivo (AGUITON em SOLÓN, 2019). A concepção dos Comuns contrapõe a ideia da gestão social pela propriedade privada e/ou de um agente externo – como o Estado – para administrar e gerir a propriedade comunal. Contrariamente, fundamenta-se na concepção de que os bens comuns podem ser gerenciados de modo positivo na medida em que a coletividade possa garantir a colaboração e solidariedade por meio da governança policêntrica e dos

consensos sociais. Segundo Pablo Solón, Elinor Ostrom, cientista política estadunidense, em obra de 1990, elenca oito pontos que determinam a gestão dos “comuns”:

1) Organização com integrantes claramente definidos: sabe-se como e por que pertencem ao grupo; 2) Coerência de regras sobre quem, quando e quanto do bem comum se pode “usar” ou administrar; 3) Sistemas democráticos de eleição coletiva de representantes; 4) Sistemas de vigilância: os encarregados devem responder perante o coletivo; 5) Sistema de punição para quem viole as regras; 6) Mecanismo de resolução de conflitos; 7) Reconhecimento mínimo de direitos de organização autônoma ante autoridades estatais; e 8) As atividades em torno desse recurso de uso comum são realizadas pelas organizações interessadas. (OSTROM, citada por SOLÓN, 2019, p. 89)

A teoria de Ostrom é passível de críticas – assim como todas as cosmovisões e alternativas apresentadas nesse trabalho. Desta forma, a partir da análise dos oito pontos centrais da teoria notamos a percepção da natureza enquanto *recurso passível de administração e exploração* pela comunidade, questão que se contrapõe a compreensão da Natureza como sujeito de Direito e que por isso, não deve ser encarada como *recurso* mas sim como parte dos ecossistemas da Mãe Terra.

Dentro do debate dos Comuns a relação entre a gestão e a propriedade revela a importância em diferenciar os “bens públicos” e os “bens comuns”. A esfera pública abarca a totalidade de questões relacionadas ao Estado, enquanto os comuns atuam nos locais de modo direto, com um vínculo diferente do que é estabelecido pelo Estado. Diante disso, a relação entre a administração e propriedade não é binária, como no caso de “público” e “privado”. Ao contrário, há uma relação tripartite ou até quadripartite, que envolve “público”, “privado”, os “Comuns” e a “Natureza” (AGUITON em SOLÓN, 2019).

Inicialmente, o conceito dos Comuns estava atrelado apenas aos recursos naturais e atualmente, o grande desafio está vinculado ao processo de gestão em dimensões globais, ou seja, o processo envolve milhões de pessoas e consequentemente, realidades diversas. Existem variadas formas de Comuns, dentre eles: as estruturas que abarcam cooperativas, associações e empresas em meio à economia solidária; os produtores de softwares livres; as comunidades indígenas com saberes ancestrais. Em suma, os Comuns compartilham de vivências e dinâmicas híbridas, que não devem ser encaradas como ponto fraco. Longe disso, é um ponto positivo que enriquece a abordagem, demanda de nós o olhar sensível da realidade e nos desprende de receituários que excluem a diversidade e complexidade dos modos de viver e ver o mundo (AGUITON em SOLÓN, 2019). Para além das realidades híbridas e dos distintos tipos de Comuns, o conceito de “*commoning*” ressalta a lógica de atuação coletiva para a sua expansão e fortalecimento por meio de uma cultura

de cooperação, reciprocidade, afeto e democracia direta (WESTON e BOLLIER citados por AGUITON em SOLÓN, 2019)¹¹.

A tradição intelectual de se pensar os modos de gestão dos comuns advém de debates sobre a formação do capitalismo na Inglaterra e remete à administração coletiva de todos os recursos naturais pelas sociedades pré-capitalistas – sobretudo nesta chave de transição para o capitalismo. É pensando sobre este prisma de reestruturação social e econômica instituída na sociedade feudal na transição para o desenvolvimento de uma economia capitalista, que Marx, no livro *O Capital* (2011), introduz o seu conceito de “acumulação primitiva”¹². Grosso modo, segundo Marx, a “assim chamada” acumulação primitiva consiste na expropriação da terra do campesinato e na formação de trabalhadores “livres”. Em suma, a acumulação primitiva traduz-se no processo de expropriação, cercamento de terras e de espaços comuns. A acumulação revela as condições estruturais que tornaram possíveis a sociedade capitalista, na medida em que trata da *transformação das terras comunais em propriedade privada*.

No livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), Silvia Federici aborda a acumulação primitiva do ponto de vista das mudanças que desencadeia na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Neste sentido, Silvia trata da transição do feudalismo para o capitalismo com base na análise das mulheres, do corpo e acumulação primitiva. Em obra posterior, *O ponto zero da revolução – trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (FEDERICI, 2019), a autora estende ainda mais o arco da análise e dialoga com diversas abordagens aqui apresentadas como a questão dos comuns (em seu capítulo 2) e a questão da globalização (em seu capítulo 3). Ainda que não sejam o núcleo deste nosso trabalho, o que queremos sugerir é que os estudos da economia feminista acerca das categorias “trabalho”, “trabalho doméstico” e “valor”, bem como das formas como se dão essas relações econômicas, contribui profundamente para a construção da proposta ecofeminista e essas reflexões auxiliam na compreensão da insustentabilidade do sistema atual (BELTRÁN em SOLÓN, 2019).¹³

A pauta da luta das mulheres pelo direito ao trabalho *em condições de igualdade* é central nos debates da economia feminista e está inserida na corrente ecofeminista de orientação construtivista. Segundo Elizabeth Beltrán, a perspectiva ecofeminista é composta por três grandes correntes: a

11 Ainda sobre os “comuns”, ver (DARDOT e LAVAL, 2017).

12 “A assim chamada” acumulação primitiva, ou originária, já se fazia presente em autores liberais, como Adam Smith, mas adquirem novo significado a partir das formulações de Marx, que ironizam o pensamento liberal.

13 Sobre as perspectivas feministas é muito difícil ficarmos com apenas algumas poucas indicações, mas, para não deixar passar a ocasião, sugerimos, por exemplo Heleieth Saffioti (2015), Angela Davis (2016), bell hooks (2018), Lélia González em Flavia Rios e Márcia Lima (orgs) (2020), Verónica Gago (2020). Em nosso grupo de pesquisa, esse tema é trabalhado na iniciação científica por Danielle Gonçalves dos Passos.

construtivista; a essencialista e a “do Sul”. A corrente *construtivista* encara a relação feminina com a natureza como reflexo da construção social vinculada à divisão sexual do trabalho que, por sua vez, fundamenta a sociedade patriarcal capitalista. A crítica à subordinação da mulher e da natureza e a compreensão da mulher como alternativa para salvar o planeta, compõe a premissa da corrente *essencialista* do ecofeminismo. E as *ecofeministas do Sul* concentram suas críticas ao patriarcado e ao “mau desenvolvimento”, ao mesmo tempo que consideram as mulheres portadoras do respeito à vida (BELTRÁN em SOLÓN, 2019). Dentro dessas três correntes, se desenvolvem diversas ramificações, como por exemplo, o *ecofeminismo ecumênico e espiritual* que se originou, essencialmente, a partir das reflexões e rebeliões de mulheres religiosas progressistas latino-americanas em defesa das mulheres teólogas comprometidas com o feminismo em oposição às hierarquias eclesiais. Existe também a *corrente ecofeminista que flerta com o pós-extrativismo* com base na participação de mulheres nas lutas em defesa do território e denúncia da exploração ambiental relacionada à questão de gênero: “meu corpo, meu território”. O debate sobre *interseccionalidade*, classe social e etnicidade também está presente no ecofeminismo e se opõe ao essencialismo que parte da “natureza feminina” e generalizações de concepções identitárias.

Mais uma vez, diante das questões colocadas sobre as outras alternativas sistêmicas, a pluralidade de perspectivas e correntes somente enriquecem o ecofeminismo, na medida em que possibilita a construção de um pensamento múltiplo e em constante melhoria, além de auxiliar na compreensão e elaboração de um horizonte sistêmico a partir das relações interdependentes entre os humanos, a natureza e a Mãe Terra.

Em síntese, “o ecofeminismo é uma teoria crítica, uma filosofia, uma interpretação do mundo para sua transformação” (BELTRÁN em SOLÓN, 2019, p. 113). A partir da teoria e da prática política da ecologia e do feminismo, o ecofeminismo empenha-se em interpretar e modificar o atual sistema de dominação e violências por intermédio da crítica ao patriarcado, ao capitalismo e à superexploração da natureza. O diálogo crítico entre a relação de controle e exploração do ser humano sobre a natureza e a relação de desigualdade e violência dos homens sobre as mulheres é fundamental para o ecofeminismo. Esta perspectiva floresce em meio a propostas de transformação da vida com base na integralidade e reconhecimento das interdependências entre os indivíduos e a natureza, ou seja, a perspectiva ecofeminista está fundamentada no cuidado e na sustentabilidade da vida. As diversas correntes que compõem o ecofeminismo possuem um horizonte emancipatório: fim do patriarcado, do colonialismo, do capitalismo e suas articulações de expropriação da natureza. (BELTRÁN em SOLÓN, 2019).

Conforme afirmamos e procuramos demonstrar ao longo do trabalho, as alternativas apresentadas, embora apresentem disputas, indeterminações e contradições possuem grande potencial de complementaridade na busca da construção de um todo múltiplo. Articular esforços e capacidades para compor o todo em suas diversas dimensões é a essência da complementaridade, e a complementaridade entre os direitos da Mãe Terra, o Bem Viver, o Decrescimento, o Pós-extrativismo, os Comuns e o Ecofeminismo enriquece a construção de horizontes múltiplos e alternativas holísticas (SOLÓN, 2019).

Considerações finais

A presente pesquisa nos possibilita concluir muitas questões acerca da ideologia do Desenvolvimento, do Desenvolvimentismo, seus significados e suas consequências. No entanto, abordaremos apenas seis delas. Primeiro, a ideologia do desenvolvimento se mostra mais ampla em comparação ao que comumente compreendemos como Desenvolvimentismo, conforme definimos e explanamos ao longo do capítulo I. Isto porque, em sua maioria, as correntes teóricas econômicas argumentam, cada uma à sua maneira, em favor do “desenvolvimento econômico”, reforçando o fato de que praticamente ninguém é contrário ao desenvolvimento. Ademais, o caráter ideológico do desenvolvimento não se restringe à Ciência Econômica, desempenhando papel fundamental na geografia, antropologia, sociologia e em tantas outras vertentes de estudos.

Segundo, ressaltando a primeira conclusão, o Desenvolvimento atua enquanto um imperativo global, presente tanto em projetos de partidos de esquerda quanto de direita, e atua violentamente contra os sonhos e lutas dos povos subdesenvolvidos, ao passo que consolida e legitima, em nome da acumulação do capital e crescimento infinito, a expansão de uma estrutura genocida, etnocida, racista, antropocêntrica, patriarcal e extrativista (ACOSTA, 2016). Terceiro, o caminho do Desenvolvimento Econômico não é a via de superação do “subdesenvolvimento” e do Imperialismo, ao contrário, a meta Desenvolvimento é incorporar territórios não completamente penetrados pela lógica capitalista aos circuitos de acumulação do capital e assim, violentar e transformar comunidades em consumidores, populações locais em trabalhadores assalariados ou informais, recursos naturais em *commodities*, espaços comunitários em propriedade privada. As políticas desenvolvimentistas refletem a expansão do modo de produção, distribuição e consumo capitalista, uma vez que aprofundam as condições de dependência, pobreza e miséria dos países “subdesenvolvidos”. A quarta conclusão é que trilhar o caminho de políticas desenvolvimentistas resultou na crise sistêmica que vivemos e se continuarmos nessa trilha seguiremos em direção ao colapso. A quinta conclusão consiste em entender que descolonizar o nosso imaginário é primordial para adiarmos o fim do mundo¹⁴, e reconhecer e recuperar os saberes ancestrais, cosmovisões e concepções que existem no mundo é a nossa tarefa inicial, pois o respeito e a solidariedade à dimensão total da vida e da Mãe Terra é fundamental para superarmos a matriz colonial que violenta a diversidade cultural, ecológica, política e econômica do mundo. Por fim, a sexta conclusão é que somente através da complementaridade de múltiplas alternativas poderemos

14 Ver *Ideias para adiar o fim do mundo* (KRENAK, 2019)

superar a tanto a crise quanto o desenvolvimento do capital, facetas da mesma acumulação que é a fonte primordial dos problemas relacionados ao capitalismo.

Sobre esta monografia e as perspectivas de futuras pesquisas

Como sempre gostamos de mencionar, o presente trabalho é resultado de um empenho coletivo e por esse motivo é importante pontuar três grandes contribuições para o nascimento e construção dessa monografia. Em primeiro lugar, o espaço de leituras e discussões do *Grupo de Estudos sobre o Imperialismo*, em especial o ciclo de leituras de textos de Rosa Luxemburgo, se mostraram basilares para o surgimento do tema e seus desdobramentos. Posteriormente, o dia a dia da monitoria da disciplina *Economia do Brasil* colaborou imensamente para o estudo e a troca de ideias acerca do “Desenvolvimento Econômico” e a sua centralidade na história econômica brasileira. Em terceiro lugar, é importante destacarmos o trabalho da iniciação científica no projeto “*Desenvolvimento Econômico*” enquanto *Acumulação do Capital: Imperialismo e Mercantilização da Natureza*, no qual executamos o plano de trabalho de iniciação científica (PICVOL) intitulado *Perspectivas críticas ao Desenvolvimentismo: considerações teóricas*. Este projeto desempenhou um papel vital nesta monografia, essencialmente no aprendizado acerca das alternativas sistêmicas, que consistem em nosso segundo capítulo. Neste sentido, também é importante destacar o trabalho conjunto com Yasmin Couto de Jesus, que no mesmo projeto executou o plano (PICVOL) intitulado *A crise de acumulação do capital, a mercantilização da natureza e o genocídio de populações indígena*. Foi nas conversas com Yasmin e Thiago que grande parte desse Trabalho de Conclusão de Curso tomou forma.

Em termos dos desdobramentos da pesquisa, seja em aprofundamento de determinado temas aqui suscitados, seja em ampliação do escopo das investigações, do ponto de vista do *Grupo de Estudos sobre o Imperialismo*, cumpre anotar que em 2020 foram aprovados dois projetos de pesquisa. O primeiro, intitulado “*Desenvolvimento econômico*” e *Relações Internacionais*, abarca três planos de trabalho com os respectivos temas: *O “desenvolvimento econômico” enquanto objetivo estratégico estadunidense*, executado por Ana Livia Cotrim Teixeira; *O neoliberal-institucionalismo e a teoria da dependência de FHC*, executado por Samara dos Santos Alves; e por fim, *O “nacional” e o “internacional” na Teoria Marxista da Dependência*, sob responsabilidade de Yasmin Couto de Jesus. O segundo projeto de pesquisa é denominado “*Teorias Periféricas*” e *Teoria das Relações Internacionais*, e engloba três planos de trabalho: *Materialismo Histórico, periferia e Teoria das Relações Internacionais*, executado por Ênio Ramos Sacramento; *A inserção e as contribuições do pensamento feminista para a Teoria das Relações Internacionais*, executado por Danielle Gonçalves Passos do Nascimento e por fim, *Os estudos pós-coloniais na redoma das Relações Internacionais*, sob a responsabilidade de Marcos Eduardo da Silva Ribeiro.

Outrossim, do ponto de vista de nossa própria trajetória, essa monografia forneceu suporte para a produção e submissão do nosso projeto de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Economia (PROPEC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O projeto foi aprovado e contará com o suporte da equipe de professoras e professores do programa para articular o escopo teórico da pesquisa com a prática do estudo das comunidades tradicionais e desenvolvimento regional/local.

Referências

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto e BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.
- AKE, Claude E. Ciência social como imperialismo. Em LAUER, Helen e ANYIDOHO, Kofi (orgs.) **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas**, Vol. I, Brasília: Funag, 2016.
- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARANTES, Paulo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARAÓZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre. O extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante, 2020.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta – origens da crise global**. São Paulo/Campinas: Editora Unesp/Edições Facamp: 2009.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- COELHO, Jaime Cesar. As agendas do GBM para o desenvolvimento em **Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- COOPER, Frederick e PACKARD, Randall. O desenvolvimento internacional e as ciências sociais, em LAUER, Helen e ANYIDOHO, Kofi (orgs.) **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas**, Vol. II, Brasília: Funag, 2016.
- COOPER, Frederick. O conceito de desenvolvimento dos burocratas britânicos e franceses, em LAUER, Helen e ANYIDOHO, Kofi (orgs.) **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas**, Vol. II, Brasília: Funag, 2016.

DANOWSKI, Déborah e VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. **Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Comum – ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DILGER, Gerard; LANG, Miriam e PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso, ou progresso como ideologia**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

DURAND, José Carlos Garcia, MACHADO, Lia Pinheiro (orgs). **Sociologia do Desenvolvimento II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, James. Antropologia e seu gêmeo maligno: “desenvolvimento” na constituição de uma disciplina. Em LAUER, Helen e ANYIDOHO, Kofi (orgs.) **O resgate das Ciências Humanas e das Humanidades através de Perspectivas Africanas**, Vol. II, Brasília: Funag, 2016.

FISCHER, Mark. **Realismo capitalista – é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os economistas).

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: edição atualizada: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza – ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 6 ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004..

LATOUR, Bruno. Onde aterrar? - como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEITE, José Correa, UEMURA, Janaina e SIQUEIRA, Filomena. **O eclipse do progressismo: a esquerda latino-americana em debate**. São Paulo: Elefante, 2018.

LOPES, Carlos, THEISOHN, Thomas. **Desenvolvimento para céticos: Como melhorar o desenvolvimento de capacidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da Natureza? Uma introdução à ética ambiental**. São Paulo: Elefante, 2019.

LUBLINER, Theo Martins. (com ilustrações de Gabriel Moreira). **Sobre economia**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Unicamp, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCNAMARA, Robert S. **A Essência da Segurança: Reflexões de um Secretário da Defesa dos Estados Unidos**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1968.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe – os giros dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

- MÉSZÁROS, István. **Acrise estrutural do capital**. 2 ed. rev. e ampliada. São Paulo, Boitempo, 2011.
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Aproximações: ensaios de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIOS, Flavia e LIMA, Márcia (orgs.). Lélia González: por um feminismo afrolatinoamericano – ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ROSTOW, Walt Whitman. **A Estratégia Americana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Em LUBLINER, Theo Martins; ESPÓSITO, Maurício e PEREIRA, Leandro Ramos (orgs.). **A marcha do Curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- SAFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Glossário de geografia humana e econômica/ organização Eliseu Savério Sposito**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado – a crise adiada do capitalismo democrático**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina – conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber em VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin. **O Brasil e o capitalismo histórico – passado e presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. O conceito de desenvolvimento. Em: WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX**. Aparecida: Idéias & Letras, 2006. cap. O desenvolvimento: uma estrela polar ou uma ilusão?, p. 123-145.

Referências multimídias

AVATAR: a lenda de Aang. Direção: Bryan Konietzko e Michael Dante DiMartino. EUA: Nickelodeon, 2005-2008. Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=avatar&jbv=70142405&jbp=0&jbr=0>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PACHAMAMA. Direção: Juan Antin. França, Canadá e Luxemburgo: Netflix, 2018. Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=pachamama&jbv=81029736&jbp=0&jbr=0>. Acesso em: 12 jul. 2020.